



VINÍCIUS ALVES CÂNDIDO

**PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO
INSTRUMENTO DE ANÁLISE PARA
IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**LAVRAS - MG
2017**

VINÍCIUS ALVES CÂNDIDO

**PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE
ANÁLISE PARA IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO EM UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, área de concentração em Ciências Florestais, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Marco Aurélio Leite Fontes
Orientador

**LAVRAS - MG
2017**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo (a) próprio (a) autor (a).

Cândido, Vinícius Alves.

Percepção socioambiental como instrumento de análise para
implantação do Ecoturismo em Unidades de Conservação / Vinícius
Alves Cândido. - 2017.

89 p.

Orientador: Marco Aurélio Leite Fontes.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2017.

Bibliografia.

1. Meio ambiente. 2. Pesquisa participativa. 3. Comunidade local.
I. Fontes, Marco Aurélio Leite. . II. Título.

VINÍCIUS ALVES CÂNDIDO

**PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE
ANÁLISE PARA IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO EM UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO**

**SOCIO-ENVIRONMENTAL PERCEPTION AS AN INSTRUMENT OF
ANALYSIS FOR THE IMPLEMENTATION OF ECOTOURISM IN
PROTECD AREA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, área de concentração em Ciências Florestais, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 24 de março de 2017.

Dra. Lilian Vilela Andrade Pinto IFSuldeMinas

Dr. Renato Luiz Grisi Macedo UFLA

Prof. Dr. Marco Aurélio Leite Fontes
Orientador

**LAVRAS - MG
2017**

*“No final, nós conservaremos apenas aquilo que amamos. Vamos amar somente o que nós compreendemos. Vamos entender apenas o que nos é ensinado” (Baba Dioum). Aos moradores do entorno de unidades de conservação e, em especial, aos do bairro Vargem Grande.
Dedico*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras, especialmente ao Departamento de Ciências Florestais, pela oportunidade. À CAPES e ao CNPq, pela concessão da bolsa de mestrado. Ao IEF, pela parceria para o desenvolvimento da pesquisa no PESP.

Ao Ministério Público de Minas Gerais que junto à Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande disponibilizou informações para coleta de dados.

Aos moradores do bairro Vargem Grande que aceitaram participar da pesquisa. Ao professor Marco Aurélio, pela orientação, confiança, paciência e disposição em ajudar. Saiba que lhe serei eternamente grato por isso!

Aos Professores Lilian Vilela e Grisi por disporem de seu tempo para participar da banca de defesa e contribuírem com o trabalho.

Nos nomes da Francisca “Chica” e do Juliano, agradeço a todos os funcionários, efetivos e terceirizados do DCF/UFLA. Nos nomes de Alisson Borges, Maria Auxiliadora, em especial, à Carolina Costa, Carolina Njaime, Bergson e Ravi, agradeço a todos os colegas de departamento pelos conhecimentos compartilhados. Ao Curuja pelo acompanhamento em todas as etapas deste projeto, desempenhando papel de coorientador.

Aos meus pais, Lenice e Camilo, pelo amor e apoio incondicional, em todas as minhas decisões, nas diferentes etapas da minha vida, e ao meu irmão Lucas, no nome deles agradeço a todos os meus familiares. À Paula, pelo companheirismo, apoio em todos os momentos, inclusive, na coleta de dados e singular torcida. Gratidão!

Aho!

"Queremos uma justiça social que combine com a justiça ecológica. Uma não existe sem a outra" (Leonardo Boff).

RESUMO

As unidades de conservação são espaços destinados para preservação e conservação da biodiversidade a fim de contribuir com o meio ambiente e para a sociedade. A percepção ambiental da comunidade local pode ser utilizada como indicador socioambiental para conhecer a relação dos moradores com o meio ambiente, possibilitando assim, traçar estratégias para planejamento e gestão ambiental. A atividade turística em seus diferentes segmentos é apontada como atividade compatível com os objetivos de conservação e para geração de emprego e renda em unidades de conservação. Neste contexto, o objetivo do presente estudo foi verificar a viabilidade socioambiental do ecoturismo, em um Parque ainda fechado oficialmente à atividade, do ponto de vista da comunidade local vizinha à área, assim como o reconhecimento de vocações, potencialidades, participação e expectativas sobre a atividade. O estudo de caso baseia-se em uma abordagem descritiva, com análise qualitativa, utilizando para tratamento dos dados técnica para análise de conteúdo. A área do estudo está localizada no município de Itamonte, no bairro Vargem Grande situado no entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio no sul do estado de Minas Gerais. A pesquisa buscou pessoas específicas baseados na sua experiência ou conhecimento do tema, por meio do uso do método “bola de neve” para seleção dos atores chaves. A coleta das informações para pesquisa foi por meio da aplicação do questionário semiestruturado contendo treze perguntas norteadoras. Os dados foram tratados a partir da análise temática. A desapropriação é motivo de queixa constante por parte dos moradores. A solução encontrada por duas famílias foi à hospedagem turística. A comunidade não recebe capacitação. A falta de comunicação causa insegurança sobre o destino das famílias. A participação da comunidade local na Gestão do Parque Estadual da Serra do Papagaio é realizada por meio do Conselho Consultivo, entretanto esse espaço não é considerado como ferramenta eficaz para solucionar os problemas encontrados pela comunidade. Os moradores manifestaram interesse pela atividade turística, porém demonstraram não conhecer o segmento do ecoturismo, não evidenciando as vocações da área, suas potencialidades e expectativas.

Palavras chave: Meio ambiente. Pesquisa participativa. Comunidade local, Serra da Mantiqueira. Conflitos socioambientais.

ABSTRACT

Protected Areas are areas destined to the preservation and conservation of biodiversity in order to contribute with the environment and society. The environmental perception of local community can be used as socioenvironmental indicator to understand the relation of the residents with the environment, thus allowing us to stipulate strategies for environmental planning and management. The different segments of tourism activities are considered compatible with the objectives of conservation and with the generation of employment and income in Protected Area. In this context, the objective of this study was to verify the socioenvironmental feasibility of ecotourism in a Park still officially closed to activity, from the perspective of the local community of the area, as well as the acknowledgement of vocations, potentials, participation and expectations regarding the activity. The case study is based on a descriptive approach, with qualitative analysis, using content analysis for data treatment. The studied area is located in the municipality of Itamonte, southern Minas Gerais, Brazil, in the Vargem Grande neighbourhood, near the Serra do Papagaio State Park. The research sought specific individuals based on their experience or knowledge of the theme, by means of the snowball sampling for selecting key actors. The collection of the information for the research was done by means of the application of semi-structured questionnaires containing thirteen guide questions. The data were treated with theme analysis. Expropriation was the most consistent complaint made by the residents. The solution found by two families was tourism hosting. The community does not receive training. The lack of communication causes insecurity concerning the destination of the families. The participation of the local community on the management of the Serra do Papagaio State Park is done by means of Advisory Council, however, this is not considered an effective tool to solve the issues found by the community. The residents showed interest in the tourism activity, however, they show no knowledge regarding ecotourism, lacking the vocations, potentials and expectations of field.

Keywords: Environment. Participatory research. Local community. Serra da Mantiqueira. Socioenvironmental conflicts.

LISTA DE FIGURA

- Figura 1 – Localização do Parque Estadual da Serra do Papagaio.37
- Figura 2 – Municípios de localização do Parque Estadual da Serra do Papagaio.38

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
AP	Área Protegida
AWF	Fundação Africana para Vida Selvagem
BJCMNP	Blue and John Crow Mountain National Park
CBD	Convenção sobre Diversidade Biológica
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONPESP	Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Papagaio
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IIED	Instituto Internacional de Desenvolvimento Ambiental
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IUCN	União Internacional para Conservação da Biodiversidade
PA	Percepção Ambiental
PESP	Parque Estadual da Serra do Papagaio
PNI	Parque Nacional de Itatiaia

SINAC	Sistema Nacional de Áreas de Conservação da Costa Rica
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TIES	Sociedade Internacional de Ecoturismo
UC	Unidade de Conservação
UNFCCC	Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Ecoturismo	16
2.2	Áreas protegidas e Unidades de Conservação	27
2.3	Áreas protegidas e sua relação com comunidades locais	31
2.4	Percepção ambiental	33
3	MATERIAL E MÉTODOS	36
3.1	Área de estudo	36
3.2	Coleta de dados	39
3.3	Análise de dados	41
4	RESULTADOS	43
4.1	Desapropriação	43
4.2	Turismo	47
4.3	Capacitação da comunidade local	50
4.4	Comunicação com a comunidade local	53
4.5	Participação da comunidade local	55
5	DISCUSSÃO	58
5.1	Desapropriação	58
5.2	Turismo	61
5.3	Capacitação da comunidade local	66
5.4	Comunicação com a comunidade local	70
5.5	Participação da comunidade local	72
6	CONCLUSÃO	75
	REFERÊNCIAS	76
	APÊNDICES	86
	APÊNDICE A - Roteiro orientador das entrevistas	87
	APÊNDICE B – Fotos durante a pesquisa	88
	APÊNDICE C – Perfil dos moradores entrevistados	89

1 INTRODUÇÃO

A conservação dos recursos ambientais é prática necessária em todo o mundo. O uso racional dos ecossistemas beneficia a natureza e o homem. As unidades de conservação (UC) são espaços destinados à preservação e à conservação da biodiversidade, a fim de contribuir com o meio ambiente e para a sociedade, mantendo em equilíbrio as funções ecológicas e sociais da área protegida.

As comunidades tradicionais e demais populações residentes em unidades de conservação e em seu entorno são peças-chave para a gestão ambiental destes espaços, em razão de seu conhecimento local e das práticas de manejo aplicadas. A percepção ambiental é um instrumento valioso para auxiliar na elaboração do plano de manejo e na gestão da área. Ela expressa o sentimento de pertencimento e a relação da população com a UC. A percepção é de extrema importância para trabalhos com comunidades locais. Por meio dessa ferramenta de investigação, é possível identificar os atores sociais e grupos existentes, cuja realidade do público-alvo é o objeto de estudo, para se conhecer a relação com o ambiente em que vivem, seus conflitos e compatibilidades.

Incluir a percepção ambiental da comunidade local no planejamento, manejo e gestão é uma alternativa para se estabelecerem novos caminhos ao diálogo, condição necessária para garantir ações efetivas, sendo a integração entre as atividades desenvolvidas, fundamental, para conseguir apoio à gestão ambiental do interior e entorno da UC.

Apontada como atividade compatível com os objetivos de conservação e para geração de emprego e renda, em unidades de conservação e em seu entorno, o turismo tem seus diferentes segmentos, como o ecoturismo, o turismo sustentável, o turismo rural e turismo de aventura, dentre outros. O sucesso da atividade está relacionado ao apoio dado pelo Estado às comunidades locais,

para o planejamento, capacitação, garantia de participação nos espaços de tomada de decisão e no estabelecimento de diálogo permanente.

Os objetivos das UC estão além da conservação e preservação da biodiversidade, pois os serviços ambientais e ecossistêmicos fornecidos contribuem para qualidade de vida da região. É uma oportunidade para se aproveitar o potencial turístico, organizar o uso e a ocupação do entorno, por meio do incentivo à utilização de atividades de baixo impacto, à preservação da vegetação, em pontos estratégicos (nascentes, matas ciliares, topos de morros, várzeas), recuperação de áreas degradadas, formação de corredores ecológicos. Assim, as áreas protegidas são de extrema importância para o país.

A gestão ambiental de áreas naturais protegidas é um grande desafio, especialmente, em UC de proteção integral. Neste contexto, uma alternativa para reduzir possíveis conflitos é a utilização da gestão participativa, no planejamento das atividades e manejo da área protegida, dando voz ativa aos moradores locais, compreendendo a percepção ambiental como aliada do conhecimento técnico científico.

A Serra da Mantiqueira, localizada entre as principais formações montanhosas da Região Sudeste brasileira, abriga diversas UC, tanto de proteção integral como de uso sustentável, constituindo um importante mosaico de áreas naturais protegidas, formado por Parques, áreas de proteção ambiental, reservas particulares do patrimônio natural e monumento natural, que apresentam grande importância ecológica e ampla extensão territorial, justificando sua inclusão como área prioritária para conservação da biodiversidade. Desta forma, compreender a percepção da comunidade local sobre as UC nas quais se encontram inseridas quanto aos seus valores ecológicos, recreacionais, educacionais, econômicos, estéticos, históricos, culturais e espirituais, auxilia no seu planejamento, manejo e gestão.

Neste contexto, o objetivo do presente estudo foi verificar a viabilidade socioambiental do ecoturismo, do ponto de vista da comunidade local vizinha à área, em um parque ainda fechado oficialmente à atividade, assim como o reconhecimento de vocações, potencialidades, participação e expectativas sobre a atividade.

Buscou-se testar a seguinte hipótese: a comunidade local reconhece o ecoturismo como uma atividade viável, com potencial para gerar emprego e complementar a renda familiar, adequada para implementação no PESP e no seu entorno, contribuindo para a conservação e preservação dos recursos ambientais, da história e cultura local, além de promover a educação ambiental e o empoderamento da comunidade local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ecoturismo

O Ecoturismo, atividade que surgiu, no Brasil, como uma proposta de contemplação e conservação da natureza, com debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente, por meio de técnicas sustentáveis, inseriu uma nova maneira de vivenciar e usufruir as paisagens rurais, as áreas florestadas, as regiões costeiras, entre outros ecossistemas que são vistos como possíveis para um modelo de turismo mais responsável (BRASIL, 2010).

No que se refere à oferta, o Brasil apresenta recursos ímpares que, aliados à criatividade do povo brasileiro, possibilitam o desenvolvimento de diferentes experiências que definem tipos de turismo, ecoturismo, turismo cultural, turismo rural, turismo sustentável, turismo de aventura e tantos outros. A transformação de tais recursos em atrativos, de modo a constituírem roteiros e produtos turísticos, utiliza a segmentação como estratégia principal. Para tanto, são necessárias medidas que visem à estruturação, ao desenvolvimento, à promoção e à comercialização adequadas à singularidade de cada segmento e de cada região turística (BRASIL, 2010, p. 9).

O termo Ecoturismo foi introduzido, no Brasil no final dos anos 1980, seguindo a tendência mundial de valorização do meio ambiente (BRASIL, 2010). Na mesma década, foram autorizados os primeiros cursos de guia especializados. Mas foi com a Rio 92 que esse tipo de turismo ganhou visibilidade e impulsionou um mercado com tendência de franco crescimento (BRASIL, 2010). Em 1994, com a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo e Ministério da Indústria e Comércio, em parceria com o Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o “turismo ecológico” passou a se denominar e foi conceituado como um segmento da

atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações, sendo uma nova conduta frente ao turismo de massa, apontado como agressor da paisagem natural e cultural (BRASIL, 2010).

O ecoturismo torna-se uma atividade socioambiental, e que não reproduz um modelo de desenvolvimento turístico excludente e devastador, tanto para a natureza, quanto para as comunidades locais residentes. Nesta perspectiva, as poucas experiências desta atividade apontam para uma tendência de se privilegiar a participação e a delegação de responsabilidades entre os atores sociais envolvidos a fim de gerar o capital social necessário para se consolidar os empreendimentos comunitários envolvidos (ARAÚJO et al., 2016, p. 3).

As características do Ecoturismo se expressam, principalmente, quanto a algumas questões consideradas essenciais na sua constituição, como: atividades praticadas; escala; gestão, proteção e conservação dos recursos naturais; paisagem; interpretação ambiental; e educação ambiental (BRASIL, 2010).

Embora essas características estejam descritas, a seguir de a até f, devem ser entendidas de forma conjunta e integrada, já que, para fins desse segmento, tornam-se necessariamente interdependentes:

a) atividades praticadas

As atividades do segmento Ecoturismo como oferta turística correspondem à complementaridade das atividades tradicionalmente ditas turísticas (hospedagem, transporte, alimentação, recreação, entretenimento, operação, agenciamento, recepção, guiamento, condução e outras) e às práticas que as geram, ou seja, as atividades de experiencição da natureza e que dão consistência ao segmento, tidas como tipicamente ecoturísticas;

Ao serem contempladas no âmbito desse segmento, quaisquer dessas atividades devem considerar:

- aspectos construtivos das instalações em relação ao porte, ao estilo arquitetônico e aos materiais utilizados, técnicas e procedimentos adotados;
- meios e vias de transporte de baixa potencialidade de degradação e poluição e adequados ao ambiente;
- serviços e produtos harmonizados aos princípios da qualidade, da sustentabilidade e da cultura local;

As atividades tipicamente ecoturísticas devem ocorrer estrita e necessariamente seguindo premissas conservacionistas. Podem realizar-se concomitantemente ou em conjunto com outras, de formas e por meios diversos e devem ser estruturadas e ofertadas, de acordo com normas e certificações de qualidade e de segurança de padrões reconhecidos internacionalmente. De modo geral, as atividades ecoturísticas buscam atender às motivações específicas, por meio de atividades passíveis de serem praticadas com outras finalidades, configurando outros segmentos. Porém o que caracteriza o segmento são as atividades resumidas em observação e contemplação da natureza que podem ocorrer de diversas formas e meios:

- observação: exame minucioso de aspectos e características da fauna, flora, formações rochosas e outros exigiram técnicas de interpretação ambiental, guias e condutores especializados, equipamentos e vestuário adequados;
- observação de fauna: consiste em observar, identificar, estudar comportamentos e habitats de determinados animais, destacando-se: aves, mamíferos, cetáceos, insetos, répteis, anfíbios e peixes;
- observação de flora: consiste em observar, identificar, estudar características da vegetação, destacando-se as plantas medicinais, ornamentais, utilitárias e de exuberância paisagística;

- formações geológicas: atividade ainda tímida no País que consiste, geralmente, em caminhada por área de ímpar diversidade geológica que oferece locais estratégicos, para discussão da origem dos ambientes, sua idade, entre outros fatores, por meio da observação direta e indireta das evidências das transformações que ocorreram na esfera terrestre;

- contemplação: apreciação de flora, de fauna, de paisagens e de espetáculos naturais extraordinários como as Cataratas do Iguaçu, os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba, a Floresta Amazônica, entre outros. As atividades relacionadas são: caminhadas, mergulho, safáris fotográficos, trilhas interpretativas;

b) escala

Quanto à escala, o Ecoturismo caracteriza-se sob dois aspectos principais, em função da capacidade de suporte de cada ambiente e atividade:

- Volume e intensidade dos fluxos turísticos: referem-se à baixa quantidade de turistas e à frequência da visitaçãõ;

- Porte dos equipamentos: diz respeito às dimensões, pequenas e médias das instalações;

Quaisquer atividades turísticas devem considerar a capacidade de suporte dos ambientes. Nesse segmento, essa questão torna-se característica e necessariamente se define pela pequena quantidade de turistas com o intuito de que os impactos que a visitaçãõ possa causar sejam os menores possíveis;

Para tanto, existem diferentes metodologias de avaliação e dimensionamento de potenciais impactos e do volume e frequência de atividades que os ambientes podem suportar periodicamente (espectro de oportunidades recreativas (recreation opportunity spectrum – ROS); limites aceitáveis de alteração (limits of acceptable change – LAC); gestão de impacto de visitantes (visitor impact management - VIM); processo de gestão da visitaçãõ (visitor activity management process - VAMP); modelo de otimizaçãõ do turismo

(tourism optimization management model – TOMM); proteção aos recursos e à experiência dos visitantes (visitor experience and resource protection – VERP); método Cifuentes; e turismo e recreação sustentável (sustainable recreation and tourism – SRT). Isso vale, também, em relação ao porte das edificações e dos equipamentos que devem se materializar, proporcionalmente, ao reduzido número de turistas que pressupõe o Ecoturismo;

c) gestão, proteção e conservação dos recursos naturais

Um dos aspectos essenciais que caracteriza o segmento consiste, principalmente, na adoção de estratégias e ações para minimizar possíveis impactos negativos da visitação turística por meio do uso de um modelo de gestão sustentável da atividade;

Para tanto, é preciso dispor de um conjunto de medidas planejadas, organizadas e gerenciadas de forma sistêmica, capazes de promover a conservação, recuperação, preservação e manejo da área em questão, em sintonia com as demais atuações no território. Desse modo, pressupõe-se a gestão ambiental como indispensável, para o desenvolvimento do Ecoturismo, para a qual existem várias metodologias. Alguns itens pertinentes ao processo de gestão ambiental são tratados a seguir:

- instrumentos reguladores: normas, regras, instrumentos e padrões utilizados para adequar projetos e ações às metas ambientais;

Os principais instrumentos reguladores de gestão ambiental são as licenças, o zoneamento e os padrões:

- licença: permissão para instalação de atividades e projetos com certo potencial de impacto ambiental. Os órgãos de controle ambiental fazem uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) dos projetos mais complexos, o que requer Estudos de Impacto Ambiental (EIA), para dimensionar e minimizar os possíveis efeitos dos projetos propostos;

- zoneamento: conjunto de regras para o uso racional da terra, empregado, principalmente, para indicar a localização mais adequada a certas atividades. Baseia-se na organização de um determinado território em zonas e os respectivos usos mais adequados;

- padrão: instrumento de utilização mais frequente na gestão ambiental.

Os principais são:

- padrões de qualidade ambiental: determinam os limites máximos de concentração de poluentes no meio ambiente;

- padrões tecnológicos: determinam o uso de tecnologias específicas;

- padrões de emissão: determinam os limites máximos para as concentrações ou quantidades totais de poluentes a serem despejados no ambiente por uma fonte específica;

- padrões de desempenho: especificam, por exemplo, a percentagem de remoção ou eficiência de um determinado processo;

- padrões de produto e processo: estabelecem aos projetos mais complexos limites para a descarga de efluentes por unidade de produção ou por processo;

- tecnologias limpas e técnicas sustentáveis: utilização de novas tecnologias e de técnicas tradicionais ou inovadoras como práticas responsáveis em relação ao ambiente – geração de energia de baixo impacto (solar, eólica); tratamento de resíduos líquidos e sólidos (implementação de estações de águas servidas, sistemas de fossas sépticas); reutilização de água e de materiais; coleta seletiva de lixo e reciclagem; edificações sustentáveis (técnicas e elementos construtivos e processos, permacultura;

- recuperação de áreas degradadas: busca reverter processos de destruição da integridade ecológica dos ecossistemas naturais. Diversos métodos podem ser utilizados, desde a simples aplicação de práticas agronômicas de plantio e reintrodução de espécies arbóreas perenes até a reconstrução dos

processos ecológicos, sempre levando em consideração a dinâmica do ecossistema;

- reflorestamento: implantação de florestas, em áreas originalmente cobertas por florestas naturais que, por ação antrópica ou natural, perderam suas características. O processo pode ser acompanhado por um plano de manejo de reflorestamento visando aumentar a produtividade;

d) paisagem

A paisagem, além de ser um recurso turístico por excelência, é um importante elemento na caracterização do segmento, pois são os locais preservados e sua atmosfera que compõem o cerne da motivação dos turistas. Nesse sentido, a busca por infraestrutura, equipamentos e serviços adequados ocorrem para melhorar a intervenção na natureza e sua paisagem. Considerando esse fator, a harmonização dos aspectos construtivos deve ocorrer, em relação ao meio físico (montes, rios, lagos, penhascos, cachoeiras, ilhas, praias etc.), biológicos (flora e fauna) e culturais (próprio ser humano e artefatos em interação), com base na utilização de elementos que expressem e fortaleçam a identidade do território, que pode ser conferida pela denominada arquitetura vernacular. Destacam-se, nesse sentido, a autenticidade, a simplicidade e a rusticidade dos elementos arquitetônicos e decorativos, primando pelo conforto e pela qualidade;

e) interpretação ambiental

A interpretação é a arte de explicar o significado de determinado recurso, nesse caso, atrativo turístico. Trata-se de proporcionar o entendimento do ambiente natural, despertar a atenção e o interesse do visitante em relação à natureza e à cultura, esclarecendo dados, fatos e correlações que, normalmente, não são claros ao simples olhar. As características do local são ressaltadas e explicadas, em um processo de facilitação da informação, levando o turista a compreender e vivenciar experiências mais significativas, ricas e aprazíveis.

Além disso, a interpretação serve ao propósito de sensibilizar e conscientizar quanto às questões ambientais, fato que a torna uma estratégia de educação ambiental e uma forma adequada de comunicação do conhecimento da natureza e da cultura. É, também, uma maneira de contribuir para a sustentabilidade, na medida em que as mensagens transmitidas podem mudar ou fortalecer a percepção do turista, estimulando a atenção para as questões ambientais e promovendo a valorização e proteção da natureza – justamente, por isso, torna-se imperiosa na prática do ecoturismo;

A interpretação constitui-se um processo e como tal requer planejamento, denominado Plano de Interpretação, que deve contemplar algumas etapas principais:

- análise do recurso e de suas potencialidades;
- identificação dos destinatários ou público-alvo da interpretação;
- formulação dos objetivos da interpretação;
- determinação das mensagens a transmitir;
- seleção dos meios de interpretação;
- recomendações para a execução das tarefas e levantamento das necessidades de pessoal;
- eleição dos critérios para efetuar a execução e avaliação.

Como método de trabalho, a interpretação promove, também, a inter-relação entre monitor e turista e as técnicas utilizadas variam, de acordo com o objeto de interpretação e o seu entorno, visto que não se pode desassociar o ecossistema interpretado de sua dinâmica sociocultural. Ressalta-se que interpretar é “construir uma teia integrada de descobertas dos segredos e singularidades do atrativo”. Diante desse contexto, cabe ressaltar alguns princípios para a interpretação ambiental:

- focalizar os sentidos do visitante, de modo a estabelecer a conscientização das características singulares do ecossistema vivenciado;

- não apenas instruir, mas provocar, estimular a curiosidade do visitante, encorajando a exploração mais aprofundada do ambiente interpretado por meio do uso dos sentidos (tato, olfato, audição etc.);

- buscar a interface nos dados técnicos da fauna e flora local com causos, lendas e histórias de ocupação territorial, entre outros;

- realizar a interpretação, em parceria com a comunidade local, estimulando a troca de conhecimentos dos saberes e dos fazeres;

- ser acessível a um público mais amplo possível, viabilizando a interpretação do ambiente físico para pessoas da melhor idade, portadores de deficiência, entre outras. Ecoturismo é possível a todos;

- não tentar vender uma verdade universal, mas destacar a diversidade ambiental e suas relações socioculturais com o entorno;

A interpretação deve fomentar a aceitação e a tolerância como valores democráticos;

Por fim, a interpretação é um excelente caminho para proporcionar novas oportunidades de trabalho e renda para a comunidade local, promovendo a interação entre turistas e comunidade, por meio da prática e da vivência de coisas singulares da localidade: uma fruta, uma comida local, a sensação de se sentir honrado como turista em participar de coisas e fatos ligados a um ambiente, a uma comunidade como uma festa, uma noite estrelada com os “causos” do morador local, entre outras atrações que agregam valor ao produto ecoturístico;

f) educação ambiental

Entende-se por educação ambiental o processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. É um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, afirmando valores e ações que contribuem para a transformação humana e social

e para a proteção ambiental. Estimula a formação de sociedades, socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si relação de interdependência e diversidade, o que requer responsabilidade individual e coletiva local, nacional e mundial;

Os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação coordenam o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, desenvolvido para atender ao preconizado pela Constituição Federal do Brasil, à promoção pelo poder público da “educação ambiental, em todos os níveis de ensino e à conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Tal programa tem como objetivo “assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política, ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições em longo prazo”;

Por essa visão abrangente, a educação ambiental perpassa as práticas formais (escolares) e recursos pedagógicos comuns para obter resultados no campo informal – nos quais estão inseridas as atividades turísticas em áreas naturais. Essas, inclusive, têm obtido os maiores êxitos em termos de sensibilização, em relação às questões ambientais, segundo a Conferência Internacional sobre Educação Ambiental de Thessaloniki (DECLARAÇÃO..., 1997). A importância do Ecoturismo é estratégica, portanto, ao privilegiar a educação ambiental na promoção do contato com o ambiente natural, contribuindo para romper com condicionamentos sociais inscritos nos hábitos de indivíduos acostumados com a cultura dos centros urbanos, bem como para a busca de alternativas às relações da sociedade com a natureza e seus indivíduos, por meio da descoberta de novos estilos de vida, gastronomia, crenças e valores, arquitetura entre outros;

Cabe observar as experiências inovadoras de formação de monitores locais e a capacitação de agentes multiplicadores promovida por meio de projetos de educação ambiental no Brasil. Essas iniciativas têm contribuído, significativamente, ao estimular a reflexão e apontar soluções para problemas enfrentados por comunidades tradicionais, promovendo uma efetiva participação social e considerando valores e comportamentos particulares de diversas culturas que compõem nossa sociedade em processos decisórios relacionados ao turismo e à melhoria da qualidade de vida.

A atividade de ecoturismo cresceu em consequência da insatisfação com as formas convencionais de turismo as quais, num sentido geral, ignoraram as questões sociais e ecológicas das regiões (FENELL, 2002). A premissa de que o ecoturismo envolve as comunidades locais depende de uma compreensão de características culturais, econômicas e não econômicas, sendo essencial que as diferenças nas comunidades sejam compreendidas e levadas em consideração em todo o desenvolvimento e implementação das políticas públicas ambientais (SIMELANE; KERLEY; KNIGHT, 2006).

A questão ambiental inicialmente debatida na visão da ecologia geral ampliou as discussões para os sistemas ambientais, surgindo novos processos em que os sistemas humanos, as economias, populações, culturas, governos e organizações, podem fazer escolhas tecnológicas visando à conservação e à sustentabilidade. Sob essa ótica, o meio ambiente não é uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas. Conservá-lo e preservá-lo inclui, necessariamente, considerar a interação homem e natureza (BRASIL, 2010, p. 15).

Além disso, a atividade de turismo na natureza tem por preceitos serem viagens responsáveis a áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação. (THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY, 2015).

O ecoturismo como um modelo socioambiental está conectado à perspectiva de que o turismo deve ser discutido, na sociedade em geral, como uma possibilidade de conservação, gerando trabalho e renda, enfatizando os aspectos da natureza, da cultura, do social e da economia. Atenta-se para o fato de que o ecoturismo pode oferecer benefícios econômicos, sociais e ambientais reais, uma vez que se trata de uma alternativa socioeconômica para desenvolver em áreas protegidas (ARAÚJO et al., 2016, p. 3).

Uma compreensão de quais os fatores influenciam as atitudes dos membros da comunidade para com o ecoturismo e a sua conservação pode ajudar a gerenciar as expectativas; o ecoturismo, também, pode ser usado em programas de educação e de sensibilização para melhorar as atitudes e angariar apoio de comunidades que vivem dentro e ao redor de áreas protegidas (ALLENDORF et al., 2006; CHIDAKEL, 2011; SIMELANE; KERLEY; KNIGHT, 2006; SIFUNA, 2010). Para o ecoturismo ser viável, deve contribuir para a conservação da sociobiodiversidade nas áreas protegidas e ser aceito pelas comunidades locais (SNYMAN, 2012).

2.2 Áreas protegidas e Unidades de Conservação

A criação de espaços legalmente protegidos foi reconhecida, mundialmente, como uma estratégia efetiva para a proteção da natureza. Inicialmente, a motivação para a criação de áreas protegidas privilegiava os aspectos cênicos, estéticos e recreativos da natureza. (FRANCO, 2013). Contudo a sociedade continua a investir recursos na aquisição e gestão de áreas protegidas, acreditando que elas são a espinha dorsal da conservação da biodiversidade e que integram uma série de outros benefícios sociais, econômicos e ambientais (LEVERINGTON et al., 2010). A União Internacional para a Conservação da natureza (INTERNACIONAL UNION FOR

CONSERVATION OF NATURE, 2012) define área protegida como um espaço geográfico, claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido por meios legais ou outros meios eficazes, para garantir a conservação em longo prazo da natureza juntamente com os serviços ecossistêmicos e os valores culturais associados. Quanto à tipologia, podem ser Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais, Terras Indígenas, Territórios Remanescentes de Comunidades de Quilombos, Unidades de Conservação, Reserva da Biosfera, Sítios Ramsar, Sítios do Patrimônio Natural (BRITO, 2012).

Com o objetivo claro de salvaguardar essas áreas e sua utilização apenas para refúgio das populações urbanas, a fim de estabelecer práticas de contemplação, recreação, lazer e contato com a natureza, foi criado, em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, pioneiro no mundo e com regras expressas contra ações de exploração (DAVIS; HANSEN, 2011; PIEKIELEK; HANSEN, 2012). O modelo de Parque como o Yellowstone foi disseminado em muitos países com a perspectiva de conservar extensas áreas naturais em estado primitivo e abertas ao aproveitamento público, buscando valorizar o sentimento de pertencimento e contemplação da natureza (FRANCO; DRUMMOND, 2009).

O Brasil teve seu primeiro parque estabelecido, em 1937, o Parque Nacional do Itatiaia. Apesar de ter seguido uma tendência mundial de proteção da natureza selvagem, o modelo brasileiro não é uma mera cópia do americano (FONTOURA; MEDEIROS; ADAMS, 2016). Estas áreas correspondem a um instrumento geopolítico de controle do território, objeto de disputas territoriais em razão dos conflitos de interesses, gerados por aspectos culturais e históricos, decorrentes de sua ocupação e foram denominadas no Brasil, a partir dos anos 1980, de Unidades de Conservação (GONÇALVES; HOEFFEL, 2012).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei 9.985/2000, define unidades de conservação como espaços territoriais e seus

recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei (BRASIL, 2000). No Brasil, as Unidades de Conservação (UC) protegem os recursos naturais desde 1934, sendo 2.029 UC (federais, estaduais e municipais), representando 17,5% do território continental e 1,5% do território marinho (CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2015).

As áreas protegidas são controversas, para muitos, elas são essenciais, porque as suas restrições sobre o uso de recursos naturais conservam os sistemas biológicos que em caso contrário poderiam ser esgotados, degradados ou destruídos. Para outros críticos, áreas protegidas ameaçam os direitos e meios de vida das pessoas, permitindo o acesso para algumas pessoas, mas excluindo outras (BROCKINGTON; WILKIE, 2015, p. 1).

Um compromisso global para proteger a biodiversidade, por meio da criação de áreas protegidas e de uso sustentável dos recursos, foi iniciada na Convenção sobre Diversidade Biológica (CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY, 1992). A Convenção tem por objetivo proteger 17% da superfície terrestre do globo até 2020, um aumento de seis milhões de km² comparados aos 12,7% em 2010 (WOODLEY et al., 2012). As Metas de Aichi reforçam os objetivos da CBD, por meio do aumento da cobertura de áreas protegidas e elaboração de esquemas inovadores, alternativos, sustentáveis e equitativos para as comunidades que dependem da floresta (CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY, 2011). O principal objetivo do Plano Estratégico para a Biodiversidade de 2011-2020 é conservar a biodiversidade e melhorar os seus benefícios para as pessoas (HUSSAIN et al., 2012). E exigem novas estratégias, programas inovadores e abordagens criativas para integrar as pessoas às áreas protegidas (WOODLEY et al., 2012).

Os Parques mostram-se como uma categoria de áreas protegidas para que atividades turísticas apareçam como alternativa que se enquadra aos objetivos destas áreas, as quais são consideradas territórios de excelência para o desenvolvimento do ecoturismo. O objetivo principal dos Parques é a proteção da natureza na qual se permite apenas o uso indireto dos recursos, sendo vedadas as possibilidades de coleta, pesca ou extração (FONTOURA; MEDEIROS; ADAMS, 2016). Os parques e demais áreas protegidas representam um dos pilares da estratégia mundial de preservação da biodiversidade global (PIEKIELEK; HANSEN, 2012). Entretanto, após o estabelecimento das áreas protegidas pelo mundo, os gestores, ainda, enfrentam desafios para a preservação da condição ecológica e da sociobiodiversidade (GASTON et al., 2008; GASTON; FULLER, 2008).

As políticas de gestão, sensibilização da comunidade, engajamento, investigação, acompanhamento da legislação, treinamento e capacitação devem ser cuidadosamente alinhados para melhorar o potencial e a conservação por meio do turismo (HVENEGAARD; HALPENNY; MCCOOL, 2012). Limitações atuais incluem a falta de informação de base sobre os visitantes, dos ecossistemas de áreas protegidas, uma escassez de parcerias com as comunidades locais, empreendedores do turismo e organizações não governamentais ambientais, e o olhar para a forma como o visitante experimenta o lugar, em que a interação com infraestrutura física, comunidade local e os serviços cria a experiência do visitante (HVENEGAARD; HALPENNY; MCCOOL, 2012; WAITHAKA et al., 2012).

A procura por turismo em áreas protegidas e seus entornos não é nova. Na verdade, foram estabelecidas as primeiras áreas protegidas por causa do amplo apoio por parte dos visitantes (EAGLES; MCCOOL; HAYNES, 2002). Já a ciência da gestão de turismo e visitação é jovem, em relação às outras ciências envolvidas no manejo de áreas protegidas e, ainda, há muito a ser

aprendido, a fim de integrar turismo e visitação, incluindo o seu potencial para melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas. (HVENEGAARD; HALPENNY; MCCOOL, 2012). Os Parques se apresentam como lugares apropriados para a experimentação de estratégias de turismo sustentável porque sua missão é promover uma interação harmoniosa entre as pessoas e a natureza (SALIZZONI, 2012). No entanto esses importantes locais só podem beneficiar a sociedade e cumprir seus objetivos de conservação se forem bem geridos (MUÑOZ-SANTOS; BENAYAS, 2012).

Visitas a áreas protegidas de todos os tipos podem apresentar oportunidades de educação e emprego, mas também desafios para proteção e gestão; mesmo as áreas protegidas mais remotas e subdesenvolvidas recebem visitas ou são influenciadas à visitação (HVENEGAARD; HALPENNY; MCCOOL, 2012). A atividade turística em áreas naturais sempre inclui o risco de fortes pressões ecológicas ou sociais (BRANDT; HOLMES, 2011).

A visitação tem, ainda, implicações financeiras importantes, tanto para as áreas protegidas como para as comunidades de entorno, que necessitam buscar fontes de receita que não são derivadas unicamente dos cofres públicos (EMERTON; BISHOP; THOMAS, 2006). Como exemplo, os parques são áreas que propiciam o desenvolvimento do turismo, que se constitui como alternativa à economia das comunidades locais, junto à conservação da biodiversidade (DUDLEY; STOLTON, 2012).

2.3 Áreas protegidas e sua relação com comunidades locais

Os esforços significativos, para preservação e conservação desde o início do século XIX, têm aumentado exponencialmente o número de áreas protegidas, um componente central de conservação da sociobiodiversidade em todo o mundo (CHAPE; SPALDING; JENKINS, 2008). Compreender a relação

entre as áreas protegidas e suas comunidades circunvizinhas é fundamental para a gestão bem-sucedida em longo prazo e conservação dos ecossistemas naturais (ANDAM et al., 2010; KHAN; BHAGWAT, 2010; TIMKO; SATTERFIELD, 2008). Se a comunidade local for beneficiada pela área protegida, vai apoiar a conservação, o que pode conduzir ao progresso de uma comunidade e apoio à proteção da biodiversidade (CHANDRA; IDRISOVA, 2011; MACKENZIE, 2012; NYIRENDA; NKHATA, 2013). Como exemplo, na Costa Rica há mais de 160 áreas protegidas criadas, para conservar a biodiversidade, a cultura e proporcionar benefícios socioeconômicos, das quais 43 (27%) são designadas como Parque (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2016).

Para uma comunidade maximizar os benefícios potenciais fornecidos pela área protegida, deve haver uma profunda compreensão de ambas as partes (MARSHALL; SIMPSON, 2008; MUHAMAD et al., 2014). Os moradores, que se beneficiam do turismo ou que recebem um maior nível de benefício pessoal ou ganho econômico, tendem a ter uma percepção mais positiva do impacto do turismo (SHIBIA, 2010; WANG; PFISTER, 2008). Assim, a maneira como as pessoas veem sua relação com o entorno de área protegidas e os esforços para conservação tem efeito direto sobre a comunidade local (WEST; IGOE; BROCKINGTON, 2006). Os membros da comunidade que percebem os benefícios da vida selvagem ou do turismo têm atitudes positivas para com a conservação (KARANTH; NEPAL, 2012; SNYMAN, 2012). A falta de organização da comunidade local e a subparticipação no planejamento e gestão prejudicam alcançar os benefícios socioambientais e econômicos que uma área protegida pode oferecer (MOLINA-MURILLO; CLIFTON, 2014). Assim sendo, comunidades mais organizadas estão propensas a trabalhar juntas e a aproveitar os benefícios proporcionados pelas áreas protegidas (BODIN; CRONA, 2008).

Entender e gerenciar as expectativas da comunidade, bem como as percepções sob determinadas circunstâncias socioambientais e econômicas, levará a modelos de conservação mais eficientes, equitativos e sustentáveis, como, por exemplo, o ecoturismo de base comunitária (SNYMAN, 2012).

2.4 Percepção ambiental

A percepção é um modo de representação social, o processo de extrair informação, a partir da aquisição, recepção, assimilação e utilização do conhecimento, no qual estão subordinados a aprendizagem e o pensamento (DURKHEIM, 2007; FORGUS, 1971).

A percepção ocorre no momento em que as atividades dos órgãos dos sentidos estão associadas com atividades cerebrais (MELAZO, 2005). A percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, em que os fatos podem ser registrados ou bloqueados. Já a atitude é uma postura cultural e tem maior estabilidade do que a percepção, pois é formada por uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências (TUAN, 1980).

Para Snyman (2012), estudar a percepção da comunidade acerca de atividades turísticas e de conservação é importante para:

- g) revelar se existem ou não pontos fortes, para uma área protegida que, em alguns casos, pode ajudar a explicar o comportamento. Essas visões podem ser positivas, negativas ou neutras;
- h) pode informar aos agentes políticos e gestores quais fatores influenciam, incluindo formas para maximizar os benefícios para as comunidades e para atenuar os custos;

- i) também pode revelar oportunidades para melhorar as relações e programas de extensão com as comunidades que vivem ao lado de áreas protegidas;
- j) pode dar uma compreensão do porquê as comunidades se comportam de maneiras específicas em relação ao turismo.

A importância da pesquisa em percepção ambiental para o planejamento do ambiente foi ressaltada pela UNESCO em 1973. Uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos socioeconômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes (FERNANDES et al., 2004, p. 2).

Na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que produz e se reproduz determinada formação social (LEFF, 2001).

Percebe-se que cada indivíduo tem sua interpretação de espaço, de acordo com a realidade em que vive. O espaço vivenciado é que será refletido nas percepções. E esse parâmetro justifica a necessidade de compreender as ações de cada indivíduo, pois cada um tem uma percepção diferente. No entanto, não existe percepção errada ou inadequada, existem, sim, percepções diferentes, condizentes com o espaço vivido (OLIVEIRA, 2006, p. 4).

O entendimento destas distintas concepções sobre o meio ambiente torna-se, assim, importante na resolução de conflitos que envolvem o planejamento ambiental e a utilização de recursos naturais (HOEFFEL; SORRENTINO; MACHADO, 2004).

Percepção não é uma síntese puramente intelectual, ao contrário, ela é experimentada pelo corpo e no mundo, em nível pré-reflexivo. A reflexão ocorre após a percepção e ajuda a solidificá-la ou clarificá-la, pois uma percepção que não é seguida de pensamento logo se perde. A reflexão

envolve a linguagem e isso nos afasta ainda mais da imediação (OZMON; CRAVER, 2004, p. 252).

O estudo sobre a percepção ambiental é um meio de compreender como os sujeitos dessa sociedade adquirem seus conceitos e valores, bem como compreendem suas ações e se sensibilizam com a crise socioambiental (OLIVEIRA; CORONA, 2008). Os estudos que se baseiam na percepção ambiental propõem que não só a relação entre homem e ambiente seja estudada, mas também que perspectivas em pesquisas científicas, sociais ou políticas sejam elucidadas por meio da utilização deste conceito (PACHECO; SILVA, 2006).

A percepção ambiental é a precursora do sistema que estimula a conscientização do sujeito em analogia às realidades ambientais contempladas (MACEDO, 2000). Seus conceitos são permeáveis entre a psicologia e a geografia e essa aproximação da psicologia às ciências ambientais é extremamente útil e até indispensável como forma de promover a escuta da complexidade dos valores e das expectativas das comunidades inseridas num determinado ambiente (PACHECO; SILVA, 2006). Seu uso como instrumento de gestão apresenta um grande potencial, além de ser poderoso, no âmbito das atividades educacionais, sustentando e estimulando atividades multi ou interdisciplinares (FERNANDES et al., 2004). O reconhecimento das percepções torna-se extremamente relevante para fornecer subsídios ao processo de gestão e formulação de políticas públicas ambientais (RODRIGUES et al., 2012).

3 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa baseia-se em um estudo de caso com abordagem descritiva seguida por análise qualitativa, aplicando, na discussão dos dados, técnicas para análise de conteúdo. Caracterizado como um estudo de natureza descritiva, atende de forma mais adequada à intenção de estudos que pretendem expor as características de determinado fenômeno, uma vez que pretende conhecer e interpretar a realidade estudada, sem nela interferir ou modificá-la. Sendo assim, este tipo de pesquisa busca descobrir e observar os fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los (ALBUQUERQUE; LUCENA; NETO LINS, 2010).

Para início da pesquisa, foi realizado contato com a gerência do Parque Estadual da Serra do Papagaio, via e-mail e telefone, para expressar o interesse em desenvolver o estudo. Após um primeiro contato, o pesquisador foi até o escritório local, em Caxambu, para se apresentar à gerente responsável pelo Parque e definir o objetivo da pesquisa.

3.1 Área de estudo

O Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP) está localizado no Sul do estado de Minas Gerais (Figura 1). É uma UC de proteção integral, gerenciada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), inserida nos municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto (Figura 2). Ocupa uma área de 22.917 hectares e sua criação foi regulamentada pelo Decreto nº 39.793 de 1998, sendo sua missão proteger a biodiversidade da mata atlântica, os campos de altitude, os bosques de araucária, as águas e as belezas cênicas da Mantiqueira, contribuindo para melhoria da qualidade de vida do entorno, pela valorização das comunidades e das atividades que gerem alternativas de renda

ambientalmente sustentáveis (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS, 2009). Não está aberto à visitação, mas a atividade ocorre de modo informal.

Figura 1 – Localização do Parque Estadual da Serra do Papagaio.



Fonte: Pereira et al. (2013)

Figura 2 – Municípios de localização do Parque Estadual da Serra do Papagaio.



Fonte: Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (2009)

O PESP e seu entorno é composto em grande parte por áreas de preservação permanente em suas diferentes categorias (nascentes, topos de morros, regiões com declividade superior a 45°, matas ciliares, altitudes superiores a 1800 metros), sendo a gestão ambiental um componente importante para o Parque e seu entorno (IEF, 2009).

Interligado geograficamente com a porção Norte do Parque Nacional do Itatiaia, forma um dos maiores remanescentes de vegetação nativa da Serra da Mantiqueira, permitindo uma proteção mais efetiva da flora e da fauna, por compor um conjunto montanhoso contínuo, legalmente preservado. O Parque é uma importante reserva de diversas espécies de mamíferos, aves, anfíbios, plantas herbáceas, árvores, arbustos e epífitas, convivendo e se reproduzindo graças à riqueza de ambientes e abrigos existentes. Destacam-se espécies

ameaçadas como o mono carvoeiro, o lobo-guará, o papagaio-do-peito-roxo, a onça-parda e a araucária (IEF, 2009).

A Unidade de Conservação, ainda, abriga um importante remanescente de Mata Atlântica do Estado, possui formações mistas entre campos, matas e áreas de enclave com matas de araucária. Concentra as principais nascentes dos afluentes da bacia do Rio Grande, responsável pelo abastecimento de diversos municípios no Sul de Minas (IEF, 2009).

O estudo foi realizado, no bairro Vargem Grande, localizado no entorno do PESP, na região do Alto Aiuruoca, no município de Itamonte, que fica ao Sul do estado de Minas Gerais, fazendo divisa com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a 420 km da capital Belo Horizonte. O principal acesso a Itamonte é pela Rodovia BR-354, a 25 km da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), que liga as duas principais capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo.

A região do Alto Aiuruoca engloba os bairros de Serra Negra, Fragária, Campo Redondo, Vargem Grande e Capivara. A vegetação varia de acordo com a altitude (de 1.500m a 2.600 m) e são encontrados biomas de Campos de Altitude e Mata Atlântica (CAVALLINI, 2001).

O município de Itamonte possui 431 km² de superfície predominantemente rural e pertence à região turística conhecida como “Terras Altas da Mantiqueira”. Possui terras pertencentes ao Parque Nacional do Itatiaia, à Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira e ao Parque Estadual da Serra do Papagaio.

3.2 Coleta de dados

Para cumprir com as exigências do Instituto Estadual de Florestas, foi enviado o pedido para autorização de pesquisa à Gerência de Projetos e Pesquisa do IEF - MG, concedida sob o número 859913702016-3. Por se tratar de

pesquisa com seres humanos, foi enviado ao Comitê de Ética da Universidade de Federal de Lavras o pedido de autorização para realização da pesquisa, aprovado sob o parecer 55805716.5.0000.5148. No mês de julho, a equipe formada por três pesquisadores realizou, durante quatro dias, a coleta das informações para pesquisa, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, contendo treze perguntas norteadoras, conforme (APÊNDICE A). No primeiro dia, foi realizado o reconhecimento do local da pesquisa, o contato com os atores sociais chaves, que foram identificados, por meio da gerência do PESP, por membro do CONPESP e pelos moradores do bairro, seguido pela adequação do questionário. As entrevistas foram realizadas nas residências.

Uma vez que se pretendeu obter a percepção dos envolvidos, coube o uso da amostragem não probabilística, como aponta Albuquerque, Lucena e Neto Lins (2010). A pesquisa buscou pessoas, com base na sua experiência ou conhecimento do tema do trabalho, por meio do uso do método “bola de neve”, para seleção dos atores-chaves. Neste método, são identificados indivíduos para compor a amostra e esses indicam outros e, assim, sucessivamente, até que seja alcançado o chamado “ponto de saturação”, ou seja, quando os nomes indicados passam a se repetir. Para iniciar a coleta de dados, por meio das entrevistas, foram indicados dois nomes de atores sociais chaves, conhecedores da realidade local.

Durante a fase de coleta de dados, foi realizado o diário de campo, no qual foram registradas as observações do pesquisador, permitindo a leitura dos fatos culturais, como descritos por Albuquerque, Lucena e Neto Lins (2010). Também foi feito o levantamento de informações, por meio da pesquisa documental (fontes primárias) e da pesquisa bibliográfica (fontes secundárias), como classifica Medeiros (2010). Dentre as fontes primárias, foram utilizadas atas das reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Papagaio (CONPESP), realizadas entre os anos de 2014 e 2015 e Ação Civil

Pública Socioambiental, impetrada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais junto a Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande realizada em 2014. Dentro de um contexto de análise da efetiva implementação das Unidades de Conservação, formalmente criadas pelo Estado de Minas Gerais, efetivou-se apuração formal em atenção à importância e necessidade de proteção, implementação e preservação das Unidades de Conservação (UC) do Estado, em especial, as Unidades de Proteção Integral (UPI). Isso se fez considerando a necessidade de implementação da lei (enforcement) e a obediência a princípios que visam sustentar a qualidade de vida nessas regiões. Nesse sentido, foram instaurados os inquéritos civis nº MPMG-0012.13.000019-8 e MPMG-0382.13.000289-4, que tiveram por objeto o Parque Estadual da Serra do Papagaio, Unidade de Conservação de Proteção Integral, nos termos da legislação vigente, de forma apurar as condições e situações em que se encontrava aquele espaço territorial protegido e tão caro ao Estado e à população da região de Aiuruoca, Baependi, Pouso Alto, Alagoa, Itamonte e de todo esse entorno. Como fonte secundária, utilizou-se o plano de manejo do Parque elaborado no ano de 2010.

3.3 Análise de dados

Utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2010), os áudios das entrevistas foram transcritos, levantados os diários de campo e documentos, realizada a pré-análise dos dados, que é a fase de organização propriamente dita, por meio da leitura flutuante em que se deixa invadir por impressões e orientações. Pouco a pouco, a leitura foi se tornando mais precisa, para a etapa de tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

Os textos gerados com as transcrições dos áudios foram tratados com base na análise temática que é um dos instrumentos da análise de conteúdo. Segundo Bardin (2010), fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação. Para definir esses núcleos, os temas e as palavras, cuja presença ou frequência de aparição tem significação para o objetivo de análise, foram identificados como unidades de registros.

Os resultados, então, foram descritos e discutidos conforme a análise das unidades de registro dos núcleos de sentido. Na análise dos documentos oriundos de fontes primárias e secundárias, foram classificados os elementos essenciais que contribuem à interpretação dos dados da pesquisa e que levaram à comprovação ou não da hipótese, conforme Medeiros (2010).

4 RESULTADOS

Atualmente existem apenas duas famílias na comunidade investindo, no setor de hospedagem turística, por considerarem-no uma oportunidade e atividade adequada aos objetivos de conservação da biodiversidade do Parque e do seu entorno. Porém a atividade é realizada sem a devida assistência ao planejamento e execução das ações voltadas para o recebimento de visitantes, nas pousadas e camping.

Os moradores entrevistados no bairro Vargem Grande, são aposentados, agricultores familiares e/ou proprietários de pousadas, com média de idade de 60 anos e baixa escolaridade, conforme (APÊNDICE C).

As unidades de registro levantadas nas entrevistas foram organizadas na categoria Gestão Ambiental do Entorno e subdividas em cinco grupos, sendo estes:

- k) desapropriação;
- l) turismo;
- m) capacitação da comunidade local;
- n) comunicação com a comunidade local;
- o) participação da comunidade local.

4.1 Desapropriação

A desapropriação é motivo de queixa constante dos moradores do bairro Vargem Grande. Alegam que, por estarem inseridos em um mosaico de unidades de conservação, formado pela Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, Parque Nacional do Itatiaia e o Parque Estadual da Serra do Papagaio, a intenção dos Governos Federal e Estadual é desapropriá-los. Além disso, relatam que a indenização é insuficiente para garantir a qualidade de vida

e o bem-estar dessas famílias em um novo local de moradia. As restrições estabelecidas pelo plano de manejo coloca o uso da terra, praticado por meio da criação de gado leiteiro e plantio de culturas anuais, como atividades inadequadas aos objetivos das unidades de conservação de proteção integral, reduzindo oportunidades de emprego e renda. Muitos deixaram suas propriedades, mantendo o uso apenas aos finais de semana, migrando para a zona urbana à procura de trabalho e emprego, sendo os destinos mais procurados as cidades de Itamonte (MG), Itatiaia (RJ), Rezende (RJ) e São José dos Campos (SP). Aqueles que decidem ficar precisam se adaptar à nova realidade local, sem apoio do Estado.

O Projeto de Lei Estadual de Minas Gerais (PLEMG) 3687/2013, substituído pelo PLEMG 5364/2014, que trata sobre a redefinição dos limites do PESP, foi desarquivado e renumerado, atualmente, tramita como PLEMG 1658/2015, distribuído entre as Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de Constituição e Justiça, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MAD) e Fiscalização Financeira e Orçamentária, está aguardando parecer na MAD sob o regime de tramitação para deliberação em dois turnos no Plenário.

Basicamente o problema da questão fundiária está relacionado ao próprio conceito das unidades de conservação, que determina a necessidade de que as terras que ocupam sejam de propriedade do poder público quando se tratar de criação de Parques. Em razão disto, com a criação de um Parque Estadual, é necessária a alteração do domínio da área protegida com a respectiva desapropriação e/ou indenização nos casos de unidades de conservação de posse e domínio públicos, proporcionando assim a distribuição equitativa dos custos da proteção ambiental, como também atrair o apoio da população local para a consecução dos fins pretendidos, evitando conflitos (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2004, p. 4).

“Só que eu sou contra o Parque, pelo preço que eles vêm pagando. Igual eu falei para o Advogado de Brasília que veio aqui conversar comigo. O Parque você pode até fazer, mas só que do jeito que vocês tão pagando aí para o pessoal não dá. Porque é a última coisa que a gente tem como colocação é aqui. Eles estão pagando R\$ 2.000,00 o alqueire.. Então é como eu falei com o advogado do Estado. Não tem dinheiro, não faz Parque (risos)” (morador local).

“Mas é assim os Parques, eles tem um hábito muito feio de invadir o território das pessoas sem indenizar as pessoas, que é o nosso caso. A esse terreno eu pago imposto por ele. Por exemplo, o terreno lá no fundo, aquela montanha lá no fundo é nossa, a gente paga imposto. Como que é do papagaio? Como que eu não posso fazer nada nela sendo que eu pago? Então assim, o Papagaio nunca teve essa conversa, de quanto é o valor, se vai ser indenizado ou se não vai, se precisa, se não precisa, nunca tivemos essa conversa. O que é claro, é fato para todo mundo que isso aí é mixaria, isso é fato” (morador local).

O fato do bairro Vargem Grande estar localizado na zona de encontro entre dois Parques que são geridos por órgãos diferentes, um pela esfera federal e outro pela esfera estadual, causa muitas dúvidas aos moradores, em consequência das diversas regras estabelecidas e a comunicação ineficiente por parte das UCs. Enquanto o PNI propõe indenização incompatível com as necessidades dos moradores, o PESP nunca propôs uma conversa entre as partes para discutir a questão. Desta maneira, atualmente os moradores sofrem com a insegurança jurídica existente.

“Eles querem que isso aqui vire tudo mato. Se eles acharem você cortando mato, eles te multa. A gente vive da terra, vivia da terra, agora não tá podendo mais viver. Mexia, tinha lavoura de milho....” (Morador Local).

“A gente tem um grande problema, porque a Vargem Grande está limitada, extremamente limitada, porque, porque a gente tem dois Parques. Temos o Parque do Itatiaia e temos o Papagaio. A gente tá nesse núcleo. E os Parques, eles limitam. Nosso problema diretamente não é com o Papagaio. Assim também é com o Papagaio, é claro que é. Mais o Itatiaia, porque eles abrangem a área e isso começa a limitar mais ainda, e ele não te oferece, digamos, alguma coisa para gente trabalhar no Parque. Para que essas pessoas não saiam. Mas isso não é de interesse do Parque, todo mundo da comunidade sabe disso, todos tão ciente que o Parque, tanto um como o outro, eles não têm objetivo com as próprias pessoas que têm raiz no local, que essas, sim, que fiscalizam o Parque, porque não adianta ter funcionários pra fiscalizar desde que a comunidade não seja consciente” (morador local).

A desapropriação econômica, caracterizada pela restrição ao uso da terra e da propriedade, é um grande problema enfrentado pela comunidade local. O estabelecimento de regras que vão de encontro ao manejo tradicional praticado anteriormente é motivo de preocupação constante por parte dos moradores. A limitação radical, imposta pelos Governos Federal e Estadual, reduz drasticamente o potencial produtivo das propriedades, o qual poderia ser resolvido, por meio da adequação ambiental para conciliar os interesses das partes, tornando possível a preservação, sem desconsiderar as práticas conservacionistas para o uso dos recursos naturais, na zona de amortecimento dos Parques.

“Eles não se preocupam, sabe? Eles querem que você não construa. Querem que você vá embora viver debaixo da ponte e ponto final” (morador local).

As desapropriações, tanto econômicas, que consistem em limitações para o uso da terra, como físicas, caracterizadas pela retirada dos moradores de suas propriedades, provocam o êxodo rural, uma vez que as pessoas necessitam

de trabalho, emprego e renda, sem essas condições acabam migrando para a zona urbana, em que é mais difícil desfrutarem de uma boa qualidade de vida.

4.2 Turismo

A solução encontrada por dois moradores do bairro Vargem Grande, para gerar emprego e renda, foi o turismo, atividade considerada adequada pelo Estado para ser desenvolvida em unidades de conservação e em seu entorno. Atualmente o bairro conta com três pousadas que oferecem hospedagem e alimentação; uma delas, também, oferece o serviço de *camping*. Os visitantes que procuram essas pousadas são atraídos para a região com o objetivo de visitar o PNI (sua parte alta, dominada pelos campos de altitude), pela portaria estar localizada apenas a 8 km do bairro. O bairro possui locais com potencial, para serem atrativos turísticos, como, por exemplo, a Serra do Curral e o Pico do Pião, localizados no PESP. Porém os moradores consideram que os principais atrativos turísticos do PESP estão distantes e, por isso, a atenção é voltada ao público do PNI. Mas eles não desconsideram a possibilidade de integração do público entre as unidades de conservação, mas, para que isso aconteça, seria necessário o envolvimento do Parque Estadual da Serra do Papagaio com os moradores do bairro Vargem Grande.

“Seguindo Programa de Visitação, algumas propostas sugeridas: implantar infraestrutura de apoio do uso público; elaborar projeto arquitetônico; criar área de camping no Retiro dos Pedros, Santa Rita, Chapadão e Pico do Pião; elaborar projeto de portarias para: cachoeira do Juju, Alto do Garcia, Garrafão e Vargem; elaborar projeto de Centro de Visitantes em: Itamonte (Zé Bétio), Aiuruoca (Garcia) e Baependi (Vargem)” (ATA..., 2014a).

Apesar de ser uma das pautas colocadas em discussão, nas reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Papagaio até o momento, o Estado não conseguiu implementar o Programa de Visitação Pública proposto.

“O turismo não precisa de muita terra para fazer. Por exemplo, se você é pecuarista, com uma área de terra desta minha aqui, você não pode colocar mais de uma cabeça de gado. E turista você põe 50. O bom que turista acabou de sair, o dinheiro está na mão. Se você vai tirar leite gasta um mês para receber, vai fazer queijo é um mês para receber. Turismo é um dinheiro que cai, dinheiro vivo. Se tiver turista é bem-vindo. Se não tiver também. Você não precisa do ano inteiro trabalhando, né? Turismo é coisa boa, eu te falo francamente” (morador local).

“Não pode fazer mais nada (...) a gente começou a trabalhar, daí eles começaram. Não podia fazer isso, não podia fazer aquilo. Eu falei então tentar fazer uma pousada. Aí agora tô indo até ver o que vai acontecer” (morador local).

“(...) eles queriam que entrasse mais a parte turística. Eu sou até de acordo também, né. Mas igual eu falo, a parte turística é muito boa. O certo mesmo aqui, se for mesmo embargado o negócio da criação de gado, tem que ser matéria mesmo de uma pousadinha e um chalé para alugar. Seria a melhor coisa” (morador local).

Para os moradores, os gestores dos Parques preferem que a comunidade se envolva com a atividade turística. Ainda, de acordo com os membros da comunidade, a atividade turística é capaz de proporcionar trabalho e renda com retorno financeiro mais rápido do que com a agropecuária, uma vez que o pagamento é feito imediatamente, após a hospedagem e alimentação, diferente da comercialização dos produtos agrícolas que exigem um prazo maior para recebimento. Desta forma, as restrições estabelecidas fazem da atividade turística o meio para auferir renda ao bairro Vargem Grande.

“Como vocês viram, aqui tem três pousadas hoje. Essas três pousadas não vão expandir muito. Elas vão ficar sempre limitadas, pequenininhas tudo. Mas acontece que elas têm cliente pra elas. Não, você quer ver, sobre benefícios o Parque do Itatiaia tá trazendo mais, tem a cancela lá em cima. Todo mundo que trabalha lá é daqui da região. Brigadistas deve ter uns trinta da região trabalhando” (morador local).

É unanimidade entre os entrevistados que o Parque responsável por trazer benefícios econômicos para o bairro Vargem Grande é o PNI (parte alta). Inclusive, as oportunidades de trabalho estão relacionadas ao PNI (parte alta), que contrata os moradores da região para atuarem como guarda-parques, brigadistas, gerando, também, a oportunidade de trabalho autônomo de guia e fornecimento de hospedagem e alimentação.

“Ah tem muito lugar aí que visita, aqui tem uma lenda antiga, que tem lugar de minério, tem não sei o quê, nunca ninguém viu o ouro, mas essa lenda existe (...) que a gente sabe as pessoas mais antigas contava que os bisavôs deles contavam. Que no tempo dos Jesuítas, eles que exploraram o ouro desse rio Aiuruoca, e desse rio das Posses que sobe ao lado da Vargem Grande e passa no Brejo da Lapa. Foi eles que usaram mão escrava aqui. Eles não tinham essas motosserra, mas tinha aquele negócio de levar a tora no estaleiro e saber lavrar, e aquela serra de dois, um em cima do estaleiro e outro em baixo puxando. Foi tirado muita madeira aqui mesmo, imensidão. Meu tio mesmo, ele foi tropeiro. Só tropa aí tinha umas quinze, tirando carvão, outros puxando, essa candeia você sabe? É um mourão de valor, ela tem o cerne, que dura muitos e muitos anos na terra” (morador local).

Apesar da procura atual na região ser, para realizar visitação ao PNI, os moradores não descartam a possibilidade de incluir o PESP, no roteiro dos visitantes, aproveitando seu potencial para ampliar a demanda pela atividade turística na comunidade.

4.3 Capacitação da comunidade local

O estabelecimento de restrições, para o uso da terra, colocado como necessário para atingir os objetivos de preservação e conservação da biodiversidade por parte das unidades de conservação, só é possível quando os moradores da comunidade local são informados e instruídos sobre técnicas de manejo e atividades que visem ao uso racional dos recursos naturais, como, por exemplo, adubação verde, adubação orgânica, uso de defensivos naturais, combinação e rotação de culturas, controle biológico, sistemas agroflorestais. Os moradores do bairro Vargem Grande não recebem capacitação, para adequarem suas atividades aos objetivos das unidades de conservação, como não possuem apoio para executar as atividades, de acordo com o previsto no plano de manejo, fica a cargo de cada um procurar as informações que são de seu interesse. Proibir sem ensinar não faz sentido, causa insatisfação e prejudica a gestão da unidade de conservação.

“A Presidente fala sobre as atividades do Parque, na educação ambiental no entorno, onde foram feitas palestras ministradas por funcionários da Unidade, com orientação da Gerência” (ATA..., 2014b).

Apesar de estar relatada, em ata da reunião do CONPESP, a realização de atividades do Parque na educação ambiental no entorno, por meio de palestras ministradas por funcionários da Unidade, os moradores do bairro Vargem Grande desconhecem essas ações.

“Por exemplo, foi levado já para câmara temática no CONPESP. Enquanto vocês proibem, porque vocês não informam, entendeu? As pessoas precisam trabalhar. Se você não trabalhar, você vai sobreviver como? Se você tiver um trabalho com os moradores daqui, olha, lá você não pode construir, lá você não pode fazer isso, mas em compensação eles te dão um conhecimento do

que você pode produzir, do que você pode vendê lá fora, aí eles vão falar assim, porque eu vou prejudicar eles se eles tão me ajudando?” (morador local).

“Eles deveriam chegar pro cara e falar assim, olha você não pode ter um grande número de animais, mas se você fazer isso, isso, isso e isso, você vai melhorar sua qualidade, vai ter mais leite e vai diminuir, sabe a quantidade de vaca que vai causar erosão não sei lá das quantas. Que vai comer não sei o que lá, então eles não têm esse trabalho, não se preocupam com isso, eles querem proibir” (morador local).

“Olha, existe hoje em dia uma coisa que todo mundo conhece que é trabalho em grupo. Sei lá, eles fazem alguma ONG do bairro, a gente tem grande produção de mel natural, doces caseiros, muita gente sabe fazer muito bem, então assim. Existe em São Paulo e no Rio de Janeiro, inclusive, isso eu descobri há pouco tempo, chama-se feira livre, eu não sei se vocês já ouviram falar. Ultimamente está crescendo muito. Eu fui no Rio de Janeiro na semana passada conhecer, é uma coisa bárbara. É assim, são comunidades pequenas, igual a nossa, que produzem, por exemplo, um queijo minas. Mas é um queijo de excelência, o animal ele é bem tratado, sabe? Então, o curral é super limpo, onde que faz as coisas. Então tudo deles é de qualidade. Porém esse queijo, lá no bairro que vale R\$ 10,00 eles vendem no Rio de Janeiro por R\$ 30,00” (morador local).

“É assim, são uma comunidade parece que de dez pessoas, e dessas dez pessoas somente duas que produzem leite entre eles, aí um cara vende o leite para o outro para fazer o queijo, que outro que vai levar, entendeu? Isso gera dinheiro pra eles. Então é uma coisa, essa ideia não partiu da minha pessoa, eu conversando com algumas outras pessoas, que nós sentamos e falamos, pô, por que que na Vargem Grande não existe isso, sabe? E, a ideia, não é que o cara que tira leite, que ele cresça com “trocentas” vacas, entendeu? Ele pode ter duas vacas só, mas bem tratada, porque uma vaca, ela dá assim tranquilo, vinte

e cinco litros de leite de boa. Então é uma coisa muito séria, você fazendo o cálculo, às vezes, uma vaca dá cinco litros de leite e olha lá, aqui. Aí o cara tem vinte vacas, ele reduziria essa quantidade de vacas, teria duas, mas elas produziam mais. Seria suficiente que ele não precisava de grande extensão de terra para isso, ele teria um curral onde tratava, tivesse as rações dele dentro do padrão, limitava, não precisava se preocupar em levar para lá, trazer para cá, sabe?!” (morador local).

Os moradores estão carentes por informações sobre técnicas e práticas de manejo que causem baixo impacto ambiental e sejam compatíveis com as intenções de preservação e conservação dos Parques. Por isso, consideram de extrema importância a realização de capacitações para trazer informações que irão possibilitar o uso racional dos recursos ambientais na comunidade, além de possibilitar a fabricação de produtos de excelência, para comercialização nos grandes centros, agregando valor e trazendo benefícios para a relação entre Parque e a comunidade.

“Só que tudo isso precisa de uma estrutura, entendeu? Eu não posso chegar e falar assim, a gente vai pra lá, aí eu chego lá, cadê trilha? Cadê sinalização? É difícil? É difícil, mas tem que ter conhecimento na área. Eu não seria a pessoa indicada para fazer isso, sendo franco com vocês. Embora que eu já acampeei lá, não conheço. Eu tenho que ir pra lá conhecer a área, ficar, saber qual é o tipo de administração que o Parque oferece pra quando o cliente perguntar por que aquela planta está ali cercada. Eu tenho que saber por que eles isolaram aquela área para fazer recuperação, qual motivo” (morador local).

A ausência de infraestrutura no PESP e a falta de informações sobre o Parque faz com que os moradores do bairro Vargem Grande não divulguem a unidade de conservação aos visitantes, por receio e precaução sobre a experiência que será vivenciada no local.

4.4 Comunicação com a comunidade local

A principal medida a ser tomada, para conseguir apoio da comunidade local, é o estabelecimento da comunicação ativa e eficiente. A falta de comunicação entre as partes é apontada como um problema que afeta, diretamente, a comunidade local e a gestão da unidade de conservação. Normalmente este processo se dá, por meio de uma rede informal boca a boca, sem o esforço do Estado para transformar em uma questão formal e regular.

O diálogo entre o Gestor da unidade de conservação e os membros da comunidade local faz parte do processo de aproximação entre as partes, passa confiança aos moradores locais e gera credibilidade. No caso do bairro Vargem Grande, segundo os moradores, não existe diálogo por parte do Parque Estadual da Serra do Papagaio. Alguns moradores do bairro Vargem Grande nunca tiveram contato com os responsáveis pelo Parque, outros se dizem esquecidos pelo Governo do Estado. A falta de comunicação causa insegurança sobre o destino das pessoas e suas famílias. Eles são os últimos a receberem as informações sobre as decisões tomadas que afetam diretamente seu dia a dia, como, por exemplo, no caso da redefinição dos limites do Parque Estadual da Serra do Papagaio. Os moradores do bairro Vargem Grande não foram informados na época sobre a demarcação das propriedades e a alteração dos limites do Parque. Essa informação foi repassada somente depois que tudo estava definido. Hoje em dia, eles convivem com a incerteza e não podem afirmar se estão dentro ou fora da unidade de conservação.

“Porque tem um acordo que tá pra ser assinado que, ser for assinado, a minha casa pega totalmente o Parque do Papagaio. No que tá hoje não. A uns 30 metros depois da minha casa já é o Papagaio, mas se for assinado o novo, a minha casa tá dentro da área” (morador local).

A falta de informação a respeito da redefinição dos limites do PESP causa insegurança jurídica aos moradores do bairro Vargem Grande, sendo necessário realizar esclarecimentos sobre o assunto.

“A gerência comenta sobre a ação que o Parque irá promover nas comunidades com o tema “O Parque vai à Comunidade” montando um escritório móvel” (ATA..., 2014b).

“Não, não. O Papagaio aqui nunca teve nenhum trabalho diretamente ou nem sequer uma informação. Não existe. A questão do papagaio não existe. Eu acho se eles viessem ajudar nós seria muito bom. Ele teria que entrar em contato com a gente para nos ajudar. Porque é bom a gente comunicar, a gente comunicando a gente se entende” (morador local).

Foi citada, na reunião do CONPESP, a intenção da gerência do Parque em promover a ação intitulada “O Parque vai à Comunidade”, por meio de um escritório móvel, porém, no bairro Vargem Grande, os moradores não foram contemplados. Estabelecer uma forma de comunicação entre os moradores do bairro e o Parque será um grande avanço.

“Então a primeira coisa, veio um grupo para poder conversar com os moradores, mas primeiro você conhece os moradores, não adianta querer chegar com seus conhecimentos, com suas sabedorias, com sua faculdade, que não vai resolver. Conheça os moradores, veja onde eles fazem, ou deixa de fazer, vai devagar, com calma e cautela principalmente, pra depois o Parque passar confiança. Aí sim, aí você começa um trabalho com os moradores, aí se você conseguir fazer com que quatro pessoas num grupo de dez, que eles sejam conscientes, essas quatro pessoas, você não precisa se preocupar mais, porque elas vão passar para os outros” (morador local).

É necessário que o Parque se aproxime dos moradores do bairro Vargem Grande, por meio de uma estratégia que não seja autoritária, para conseguir a

confiança e manter um diálogo sincero e sadio, sendo preciso perseverança e cautela.

“Digamos que a administração vai mandar um grupo de pessoas do Papagaio pra cá, pra falar pro cara, não faz isso, não faz aquilo. Não faz isso que é errado, que é lei, me desculpa o palavreado. Mas não tão querendo chamar a população para ajudar, tão querendo fazer com que a população parte agressivamente pra cima deles. Então não é assim que aborda, sabe? As pessoas, muita gente pensa, a zona rural tem pouco conhecimento, realmente, às vezes, elas têm pouco conhecimento, mas, às vezes, são mais sábias do que as pessoas que estão fazendo pesquisa ou tá querendo fazer alguma coisa, porque elas moram ali, elas conhecem aqui” (morador local).

É preciso deixar a prepotência de lado e ouvir os moradores, considerando-os como parte importante nessa difícil tarefa que é a relação entre as pessoas, ainda mais em se tratando de um tema tão delicado e cheio de conflitos que são os Parques e as unidades de conservação de modo geral, em virtude dos mais variados interesses que estão em questão.

4.5 Participação da comunidade local

A participação da comunidade local, na gestão do Parque Estadual da Serra do Papagaio, é realizada, por meio do Conselho Consultivo, no qual os moradores do bairro Vargem Grande possuem uma vaga representativa. Entretanto esse espaço não é considerado pelos moradores como uma ferramenta eficaz para solucionar os problemas encontrados em suas rotinas diárias. A estrutura organizacional do Conselho não contribui para inserção de pautas de interesse dos moradores do bairro Vargem Grande. O modelo itinerante adotado, para as reuniões do CONPESP, possibilita a distribuição dos encontros entre os

municípios inseridos no PESP, porém dificulta a logística de deslocamento, para alguns conselheiros, em decorrência da distância dos locais das reuniões.

“Assim, pouco adianta possuir Conselho Consultivo formalmente instalado se o mesmo não se mostra atuante, não existindo criação de condições para que este exista e seja efetivo. Convergindo tudo para uma boa gestão do Parque. Diante do exposto, restou evidente a negligência dos requeridos para com o patrimônio natural e cultural, salientando-se que o Parque Estadual da Serra do Papagaio foi criado em 1998 e até a presente data não se encontra de fato implantado. Daí a necessidade da atuação do Ministério Público e do posicionamento do Poder Judiciário a fim de reverter este cenário antijurídico e nefasto ao bem jurídico ambiental” (ATA..., 2014b).

“(...) eles marcam reunião, mas não faz no final de semana, só faz no dia que não pode ir quase ninguém. Agora vai só aquele punhadinho. Eles criam mais força, eles falam parece que não tem morador nenhum. Quem tá trabalhando não tem jeito de largar do ganho” (morador local).

“Nossa representação no Conselho tem que ser mais manuseada por nós. Não sei se vocês conseguem entender o que eu tô querendo dizer” (morador local).

O Conselho instituído, ainda, não consegue garantir a participação efetiva dos moradores. Mesmo contando com a presença dos diferentes segmentos da sociedade, em suas reuniões, as condições reais do cenário local não são retratadas. Portanto as pautas discutidas não contemplam os interesses da comunidade local, causando subparticipação social.

“(...) porque existiu, não sei em que ano que foi, acredito eu que no ano passado, o Parque do Papagaio abriu um projeto para que os moradores fossem lá e marcasse sua área aonde tivesse plantio, casa, alguma coisa, para tirar fora do limite do Parque. Isso aconteceu muito bem na Fazenda Velha, muito bem lá pra banda do Matutu, alguma coisa assim. As pessoas foram lá, e falou

aqui eu tenho um plantio, aqui em tenho casa, aqui eu tenho isso, então vamos circular isso, vamos tirar fora. Por que na Vargem Grande e na Serra Negra não aconteceu? Porque a gente não tinha essa informação” (morador local).

Os moradores do bairro Vargem Grande não participaram do processo de tomada de decisão, para redefinição dos limites do PESP, que prevê a desafetação e inclusão de algumas áreas no entorno do Parque. Caso essa medida venha a ser aprovada, por meio do PLEMG 1658/2015, as famílias que ali residem irão sofrer as consequências das mudanças, tendo seu direito à participação subtraído.

5 DISCUSSÃO

5.1 Desapropriação

Para criação do Parque Estadual da Serra do Papagaio, moradores foram deslocados ou tiveram o acesso aos recursos ambientais limitados.

Para Primack e Rodrigues (2001), a instituição de áreas naturais protegidas, conforme as exigências definidas pela legislação do país e para cumprir acordos internacionais, focadas em adquirir espaço físico (terras), não é suficiente para atingir os objetivos de preservação e conservação, apesar de ser a principal medida adotada. Este modo de atuação provoca a desapropriação dos moradores localizados no interior e no entorno de unidades de conservação, principalmente, nas destinadas à proteção integral, como é o caso dos Parques. Desta forma, a geração de conflitos para uso do espaço é inevitável pela divergência de interesses entre as partes envolvidas. A retirada dos moradores ou a limitação para o uso dessas áreas destinadas à preservação e conservação, por meio de unidades de conservação, pode contribuir para mudança na dinâmica social local.

A criação de áreas protegidas, para preservação e conservação da biodiversidade, deverá levar em consideração os impactos sociais, nas comunidades locais, uma vez que a principal estratégia, para implantação dessas áreas, está pautada na aquisição de terras para compor a respectiva área. Negligenciar os direitos das populações tradicionais é assumir que não se está cumprindo os objetivos da AP, principalmente, quando se trata de Parques, na tentativa de preservar e conservar os recursos naturais. Podem - se causar alterações na dinâmica social, conforme está ocorrendo no bairro Vargem Grande com a fuga de alguns moradores e a fixação de restrições ao modo de vida e trabalho daqueles que permanecem.

Segundo Brockington e Igoe (2006), poucos países gozam de condições financeiras para comprarem terras e transformarem em Parques ou outro tipo de unidades de conservação, salvo em algumas raras exceções. Desta maneira, a saída encontrada é a transformação das atividades primárias como a pecuária, agricultura, pesca, extrativismo, entre outras, em atividades de conservação, como: ecoturismo, pagamento por serviços ambientais e ecossistêmicos prestados e atividades de base agroecológica. Esse processo não é fácil e, também, necessita de recursos financeiros, podendo demorar muito tempo para seu estabelecimento, ocasionando a proliferação dos chamados Parques de papel. Para mudar essa realidade, a aquisição de recursos financeiros junto a fundos internacionais e do próprio Estado é primordial, para realização da difícil e árdua tarefa de instituir e administrar unidades de conservação, mas, infelizmente, são insuficientes, principalmente, em países em desenvolvimento com grande biodiversidade.

Faz-se saber que são raros os países que tenham condições econômicas para adquirir terras para criação de áreas protegidas. Dessa maneira, uma das opções é adequar as técnicas de manejo e a ocupação do solo aos objetivos da área, tarefa difícil que demanda tempo e recursos financeiros e não atender a essas premissas é uma das características dos chamados Parques de papel. Em Vargem Grande, a situação não é diferente os moradores estão carentes de informações, para adequarem suas atividades aos objetivos dos Parques, juntamente ao fato de que, após dezenove anos de implantação do PESP, apenas 35% da sua área possuem regularização fundiária definida.

De acordo com Cernea (2005), existem duas maneiras de deslocamento causado pela desapropriação dos moradores, podendo ser física ou econômica.

A desapropriação física ou despejo implica remoção involuntária de pessoas de suas casas e terras. A desapropriação econômica refere-se a restrições que tornam difícil prosseguir com a vida na propriedade. Desta maneira, os

proprietários poderiam ter permissão para viver no Parque ou em seu entorno, mas sem a permissão para retirar lenha, cultivar lavouras e criar gados

O Brasil, por exemplo, possui enorme dificuldade para realizar a regularização fundiária dessas áreas, sendo a desapropriação realizada sem o devido pagamento de indenização, causando insegurança jurídica para os proprietários, acarretando em mudanças no uso da terra, sem o necessário apoio do Estado. O PESP nunca procurou os moradores do bairro Vargem Grande para lhes propor indenização, a fim de estabelecer a regularização fundiária da UC, porém eles estão subordinados a seguirem as regras para uso e ocupação do solo. A desapropriação econômica perturba os moradores pelas restrições impostas em suas práticas de manejo, principalmente, quando se trata da criação de gado.

Para Brockington e Igoe (2006), a desapropriação econômica é mais utilizada pelo Estado e possui menor probabilidade de atingir resultados satisfatórios na compensação, para o proprietário, o qual fica à mercê das normas estabelecidas no plano de manejo e sem apoio do órgão gestor do Parque. Ainda, segundo os autores, a atenção dada às remoções distraem a sociedade dos impactos ocasionados pela desapropriação econômica.

Essa questão merece maiores cuidados, uma vez que a atenção está voltada para a desapropriação física, por causar maior repercussão em razão da retirada das pessoas do seu local de moradia e trabalho. Porém a desapropriação econômica, silenciosamente, causa prejuízos acarretados pelas restrições, para o uso da terra e impossibilita a vida dos moradores, prejudica sua renda o bem-estar social e a qualidade de vida. O bairro Vargem Grande possui propriedades, que atualmente são utilizadas, esporadicamente, aos finais de semana por seus proprietários, transformando o espaço produtivo em casa de veraneio. Além disso, a pecuária leiteira, é uma atividade praticada anterior à criação dos Parques, de maneira extensiva, os proprietários utilizam os campos nativos como pastagem a qual não é permitida. Hoje em dia estes espaços estão dentro dos

limites dos parques ou em suas zonas de amortecimento, por se tratar da principal atividade dos moradores da região e a proibição à prática da atividade não garante solução para o conflito.

5.2 Turismo

Autores como Salizzoni (2012) afirmam que o ecoturismo pode desempenhar um papel ativo na conservação da biodiversidade e precisa ser promovido por autoridades do Parque por meio da educação do visitante e apoio às atividades rurais.

O ecoturismo é compatível com a preservação e conservação da biodiversidade, em áreas protegidas, principalmente, em parques, porém é necessário engajamento dos gestores da área, para planejamento, execução e monitoramento da atividade.

De acordo com McCool et al. (2012), para conseguir atingir os benefícios gerados pela atividade turística, em unidades de conservação e seu entorno, é necessário que os gestores estejam atualizados sobre a dinâmica política, social e do ambiente local. O potencial para atrair visitantes traz-lhes a esperança de conseguir recursos financeiros os quais poderão contribuir para gestão ambiental e trazer oportunidade para geração de emprego e renda para os moradores locais, impulsionando os benefícios àqueles que residem nas comunidades do entorno.

O retorno proveniente da atividade turística está condicionado ao nível de informações sobre as mudanças sociais, políticas e ambientais, que os gestores possuem sobre a área protegida e seu entorno. Portanto a percepção ambiental das comunidades locais é indicador capaz de contribuir à identificação do potencial turístico, a vocações e ao planejamento das ações, visando colaborar para gestão ambiental da área protegida e para a comunidade local. A

beleza cênica e a relevância ecológica do Pico do Pião e da Serra do Curral conferem potencial turístico ao bairro Vargem Grande, além das histórias e causos contados por seus moradores.

Como salientado por Boudreaux e Nelson (2011), Lapeyre (2011) e Otuokon, Chai, Beale (2012), a atividade turística é vista como atividade capaz de gerar renda para comunidades localizadas em unidades de conservação e no seu entorno, com poucas oportunidades de trabalho, onde atividades como a agropecuária eram desenvolvidas anteriormente e atualmente estão sujeitas a restrições. A atividade turística auxilia na geração de emprego e renda e na melhoria do bem-estar social, uma vez que essa nova mentalidade instalada pode ajudar a promover práticas agrícolas que visem ao uso racional dos recursos naturais, despertado pelo interesse do visitante em ter contato com práticas ecologicamente equilibradas.

Para locais que possuem restrições, para uso e ocupação do solo, pela criação de unidades de conservação, a atividade turística é apontada como alternativa para geração de emprego e renda. As novas condições para utilização da propriedade e a procura dos visitantes por contato com a natureza, em locais que aplicam técnicas conservacionistas, para uso dos recursos naturais, promovem o bem-estar social e trazem aporte econômico para a comunidade local. Os moradores do bairro Vargem Grande estão realizando investimentos para aproveitar o potencial turístico da comunidade.

Para Karanth e Nepal (2012) e Nepal e Spiteri (2011), a atividade turística pode ser uma boa oportunidade para os países atingirem suas metas para conservação da biodiversidade. O envolvimento com a atividade desperta o interesse dos membros da comunidade para preservação e conservação da biodiversidade. A comunidade local é a maior interessada em estabelecer formas para o uso da terra que estejam de acordo com as metas e objetivos das unidades de conservação.

A atividade turística, por meio do ecoturismo, é uma forma dos países mostrarem suas intenções de preservação e conservação da biodiversidade, comunidades envolvidas nesta atividade são aliadas das áreas protegidas na conservação da natureza. No bairro Vargem Grande os moradores demonstraram ter consciência sobre essa temática.

Segundo Otuokon, Chai e Beale (2012), para atingir as metas de conservação por meio da atividade turística, é imprescindível cumprir os seguintes requisitos:

- p) capacitar a comunidade local para conservação da biodiversidade e para trabalhar com ecoturismo;
- q) assegurar o envolvimento e os benefícios à comunidade local;
- r) garantir a integração entre os demais programas de gestão do Parque.

Caso não ocorra atendimento aos pré-requisitos citados acima, a atividade turística não terá condições de promover a conservação da natureza, por mais que os moradores do bairro Vargem Grande tenham interesse e vontade na preservação e conservação da biodiversidade. Atualmente não possuem acesso à capacitação e não estão envolvidos na gestão do PESP.

Ainda, de acordo com os autores, em estudo realizado na Jamaica no *Blue and John Crow Mountain National Park*, a integração entre os programas de recreação e turismo foram fundamentais para influenciar nas práticas de uso da terra entre os membros da comunidade local.

Gerenciar os programas definidos no plano de manejo de forma integrada é essencial para conseguir a gestão adequada das unidades de conservação.

Quando Hunta et al. (2015) estudaram a capacidade do ecoturismo, para contribuir com a conservação da biodiversidade e beneficiar a comunidade local, na Península de Osa, na Costa Rica, tendo como hipótese de que o ecoturismo é

capaz de trazer melhorias aos moradores locais e ajudar na conservação da biodiversidade, quando comparado a demais atividades econômicas realizadas no local, constataram que o ecoturismo é responsável por possibilitar melhoria na qualidade de vida da comunidade local, além de despertar o pensamento crítico sobre a conservação ambiental das áreas protegidas. É importante ressaltar que a biodiversidade é a marca registrada da Costa Rica, afirmando a necessidade de conservação para sua existência, tendo no ecoturismo uma forma de promoção da conservação. Desta forma, a atividade deve ter como foco o ser humano e sua interação com o meio ambiente, para dar suporte à conservação da biodiversidade, estabelecendo condições para melhorar e manter a qualidade de vida, assim como a cultura local.

O ecoturismo pode trazer melhorias para as comunidades locais, sendo uma alternativa as atividades agropecuárias, desenvolvidas no entorno do PESP, agregando valor à preservação e à conservação da biodiversidade, reforçando a necessidade de estabelecer o uso adequado dos recursos naturais.

Para a Organização Internacional do Trabalho (2011), o ecoturismo tem uma posição de destaque para geração de emprego e renda, principalmente, em unidades de conservação de proteção integral que permitem visitação, em virtude das restrições enfrentadas para o uso da terra pelos moradores locais.

A inserção do ecoturismo, em unidades de conservação, é promissora, graças ao seu potencial para gerar emprego, renda, conservar e preservar a biodiversidade, especialmente, em Parques, em que as comunidades do entorno estão sujeitas a restrições para o uso e ocupação do solo.

Para Freitas et al (2014), o planejamento e a gestão adequada da atividade turística são fundamentais para seu desenvolvimento, fatores primordiais para alcançar os benefícios atribuídos à atividade, como a conservação da biodiversidade, o bem-estar social e o aporte econômico para a comunidade receptora.

Para obter os benefícios por meio da atividade turística, é preciso que ela seja desenvolvida de maneira planejada, garantindo o uso adequado dos recursos naturais, o retorno econômico e a qualidade de vida para as comunidades locais, ação que carece de ser realizada pelo PESP junto aos moradores do bairro Vargem Grande.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2001), quando existe a identificação e delimitação de locais propícios à prática do ecoturismo, no plano de manejo das unidades de conservação, cria-se oportunidade para geração de receita aos membros das comunidades locais, reduzindo as desigualdades sociais, caso obedçam ao planejamento, à gestão e à participação social.

Os locais apropriados para a prática do ecoturismo deverão estar em consonância com o zoneamento estabelecido, no plano de manejo das unidades de conservação, o qual deverá levar em consideração a realidade social dessas comunidades, a fim de reduzir a desigualdade social entre as comunidades do entorno, além de promover a participação social. O bairro Vargem Grande tem potencial para fazer parte da zona delimitada à prática do ecoturismo no entorno do PESP.

Em estudo desenvolvido por Brett, Bruyere e Beh (2009), na Reserva Nacional de Samburu, no Quênia, os benefícios da atividade turística, relatados pela comunidade local, estão baseados no retorno econômico. A atividade turística realizada junto à natureza é capaz de oferecer outros benefícios. Os benefícios econômicos são mais percebidos e valorizados por limitações enfrentadas no uso da terra. Garantir meios para arrecadar recursos financeiros é fundamental. No entanto, por meio da atividade turística, passam a reconhecer outras oportunidades como, por exemplo, o intercâmbio entre os visitantes e as comunidades locais pode nutrir orgulho e ajudar a manter as práticas tradicionais, por meio de contação de histórias e outras manifestações culturais,

percebendo que a conservação da biodiversidade pode trazer bem-estar social, desde que a comunidade local participe do planejamento e gestão das unidades de conservação de proteção integral.

As comunidades locais identificam o retorno econômico como a principal vantagem do ecoturismo, porém outros benefícios podem ser alcançados com a prática. O retorno financeiro é identificado e valorizado pelas limitações de trabalho, emprego e renda enfrentadas por moradores do entorno de unidades de conservação de proteção integral. Conseguir renda é questão de sobrevivência. Entretanto, por meio da atividade turística, passam a criar expectativas, reconhecem suas vocações e potencialidades, além de pleitear participação efetiva na gestão das unidades de conservação. Duas famílias de moradores locais oferecem o serviço de hospedagem em chalés e camping aos visitantes no bairro Vargem Grande.

5.3 Capacitação da comunidade local

Para Snyman (2012), unidades de conservação de proteção integral que possuem programas para capacitação da comunidade local conseguem alcançar bons resultados na conservação da biodiversidade, para promover a atividade turística, mostrando que a adoção de mecanismos que incluem a comunidade podem contribuir para melhorar as atitudes e conseguir apoio.

Possuir programas de capacitação ativos aos moradores do entorno de unidades de proteção integral é fundamental para obter sucesso na preservação e conservação dos recursos naturais, condição básica para promover o ecoturismo, afirmando a importância do uso ecologicamente equilibrado dos recursos naturais pela comunidade local. Os moradores do bairro Vargem Grande carecem de capacitação para adequarem suas práticas.

Segundo Romañach, Lindsey e Woodroffe (2007), comunidades que possuem algum nível de capacitação estão sujeitas a agirem de forma mais positiva quanto à conservação da biodiversidade, salientando que apenas a propriedade da terra não é garantia de conseguir que os membros da comunidade colaborem para conservação, ou que tenham visão positiva sobre o ecoturismo.

As comunidades locais que têm acesso a informações sobre a utilização racional dos recursos naturais são solidárias a causa, contribuindo de maneira efetiva, pautando suas ações nos conhecimentos compartilhados nas capacitações. O fato de ser proprietário/a da terra não garante a postura, ambientalmente correta ou que considerem o ecoturismo viável, apenas por meio da troca de conhecimentos e saberes será possível atingir essa condição.

De acordo com Spiteri e Nepal (2008), a capacitação dos moradores locais pode servir de estímulo ao envolvimento na gestão da unidade de conservação. Esses cursos devem estar de acordo com as necessidades locais, que podem incluir a comercialização adequada dos produtos fabricados artesanalmente, reforçar a capacidade para prestação de serviços, fortalecer as instituições locais, o planejamento das trilhas, pousadas e acampamentos.

A capacitação dos moradores locais é uma maneira para despertar o interesse e incluí-los na gestão da unidade de conservação, o conteúdo das capacitações deverá levar em consideração as necessidades locais. No caso do bairro Vargem Grande, faz-se necessário realizar capacitações em ecoturismo assim como transmitir informações sobre o PESP a comunidade local.

Segundo Worah (2002), é mais provável atingir bons resultados, na capacitação em comunidades organizadas, o que pode trazer benefícios em curto, médio e longo prazo.

O trabalho de capacitação em comunidades organizadas aumenta a probabilidade de atingir os objetivos, gerando benefícios permanentes.

Na pesquisa realizada por Otuokon, Chai e Beale (2012), em comunidades no entorno do *Blue and John Crow Mountain National Park*, na Jamaica, foi possível atingir os objetivos de integração dos valores da biodiversidade por meio de estratégias de redução da pobreza local baseada na atividade turística. As comunidades do entorno tiveram maior interação com os gerentes da unidade de conservação e passaram a apostar em ações em médio e longo prazo. Em algumas comunidades, foram formadas associações comunitárias, o que beneficiou a criação do programa para receber visitantes, após terem recebido capacitação do Parque sobre o valor da biodiversidade para a comunidade. A administração do Parque focou em instruir a comunidade local sobre o valor da biodiversidade e promover capacitações para o uso racional dos recursos naturais. Desta forma, a comunidade local passou a enxergar a conservação da biodiversidade como fonte para geração de emprego e renda, extrapolando os benefícios de conservação dos recursos naturais para fora da unidade de conservação.

Ações para preservação e conservação da natureza podem uma ser estratégia para redução da pobreza, por meio da atividade turística; comunidades do entorno de unidades de conservação, que possuem boa relação com a gerência dessas áreas, passam a acreditar e apostar nessas ações. A organização dos moradores, por meio de associações, cooperativas etc, facilita o processo de capacitação dos moradores e favorece a relação comunidade-parque. Dessa forma, a comunidade se torna sensível à causa, trazendo bons resultados para dentro das unidades de conservação e seu entorno. O bairro Vargem Grande ainda não possui um modelo de organização dos moradores. Dessa forma, o bairro poderia ser integrado a algumas iniciativas em curso no Sul de Minas, como a "Orgânicos Sul de Minas" que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento da Agroecologia com maior eficiência de produção, por meio de assessoria técnica, extensão rural, pesquisas, práticas educativas, conferências

e cursos aos grupos de agricultores orgânicos do Sul de Minas e o “Plano Conservador da Mantiqueira” que tem como objetivos específicos: melhorar a capacidade de produção dos serviços ambientais, como a água, a conservação de solo, a biodiversidade, o sequestro de carbono, a manutenção da paisagem; melhorar a capacidade de resiliência dos municípios para enfrentar os danos causados pelas mudanças climáticas; fortalecer a governança ambiental nos municípios.

Para Ribeiro et al. (2007), a capacitação da comunidade local sobre o uso dos recursos ambientais é elementar para a conservação da natureza. A utilização dos recursos ambientais faz parte do cotidiano das comunidades Amazônicas. A promoção da capacitação e assistência técnica para o manejo adequado é crucial para conservação.

A conservação dos recursos naturais, no entorno das unidades de conservação, especialmente, nas de proteção integral, está condicionada ao nível de informações que a comunidade local está exposta. Capacitar os moradores é viabilizar a preservação e a conservação da biodiversidade. Os moradores do bairro Vargem Grande necessitam de capacitação sobre técnicas de manejo para aplicarem em suas propriedades, pois, atualmente, as informações são buscadas de maneira independente de acordo com a necessidade de cada morador.

Para Bawa (2006), Ceballos et al. (2009) e Rodriguez et al. (2005) o apoio ao desenvolvimento de competências e saberes dos indivíduos e das organizações tem sido extensamente destacado como o grande desafio para a efetivação da conservação.

A maior dificuldade para alcançar os objetivos de preservação e conservação dos recursos naturais no entorno de unidades de conservação é conseguir apoio para capacitação da comunidade local. Atualmente, no bairro Vargem Grande, não existe programa de capacitação para os membros da comunidade. Dessa forma, fica evidente a necessidade de estabelecer parcerias

entre Instituições de Ensino e o PESP para capacitação dos moradores do bairro Vargem Grande e demais comunidades do entorno e/ou a contratação de prestadores de serviços para realizar assistência técnica e extensão rural inovadora.

5.4 Comunicação com a comunidade local

Para Backman, Petrick e Wright (2001), não existe outra forma para conquistar a confiança dos moradores locais que não seja pelo diálogo pleno e o compartilhamento de informações.

A relação entre as comunidades locais e a gestão do Parque deverá estar pautada no diálogo efetivo, a fim de estabelecer confiança entre as partes e garantir a troca de informações, em situações nas quais há maior comunicação entre a comunidade e o parque, assim, os moradores ficam atualizados, possibilitando-lhes maior envolvimento nas ações desenvolvidas. No entanto, no entorno do PESP, podem-se evidenciar essas duas situações; enquanto os moradores da comunidade Matutu (Aiuruoca) estão informados sobre as ações desenvolvidas, a comunidade Vargem Grande (Itamonte) convive com a desinformação sobre o PESP. A hipótese para essa situação é que o estrato social influencia no acesso à informação.

Para Rodrigues et al. (2012), o conhecimento limitado sobre os mecanismos de gestão ambiental adotado, causado pela falta de comunicação, pode prejudicar a relação entre os moradores locais e a gerência da unidade de conservação. Logo a escolha dos instrumentos utilizados deve ser adequada à realidade das comunidades locais, o que pode ser uma ação motivadora para uma postura participativa na gestão ambiental. A comunicação assegura maior proximidade entre as ações propostas pelos gestores daquilo que é considerado prioridade pela comunidade. Portanto considerar a percepção de quem vivencia

a realidade que pode ser diferente daquela concebida pela gerência é fundamental. Isto serve para avaliar os resultados alcançados sobre suas próprias ações, uma vez que nem sempre aquilo que o poder público declara estar fazendo é percebido pela comunidade local que deveria ser beneficiada. O diálogo com a população é uma grande oportunidade, para traçar estratégias de manejo e conservação, a fim de que os grupos locais consigam expor suas visões a respeito da preservação e conservação local.

As comunidades locais precisam estar informadas sobre os métodos adotados, para realizar a gestão ambiental da unidade de conservação e seu entorno, utilizando estratégias adequadas à realidade local, caso contrário, essa falta de comunicação efetiva poderá ampliar os conflitos existentes. Por conseguinte, considerar a visão dos moradores locais conjuntamente à da gerência da unidade de conservação é imprescindível, para tomada de decisão, reduzindo a possibilidade de escolher a estratégia errada, pela visão equivocada de quem não vivencia a realidade da comunidade.

Para Brett, Bruyere e Beh (2009), a comunicação é um instrumento de gestão e a forma de estabelecer este elo pode ser diferente, variando de acordo com os aspectos sociais e culturais. Não existe uma regra para definir a maneira como será conduzida. Uma estratégia adotada nos Estados Unidos, por exemplo, reuniões públicas, provavelmente, não seria apropriado para o Quênia, no qual a conversa de porta em porta com os moradores poderia ser uma abordagem mais viável. A frequência e a forma de comunicação precisam ser definidas conjuntamente entre os membros da comunidade e o gestor da unidade de conservação.

Dentre os instrumentos de gestão, podemos destacar a comunicação, que configura como ferramenta versátil às necessidades do gestor/pesquisador, podendo ser utilizada em diferentes momentos de forma variada, devendo ser acordado entre as partes a frequência e a forma de comunicação. Não existe

fórmula para definir a estratégia, neste estudo, optou-se por realizar entrevistas com os moradores locais, em suas residências, de maneira individualizada.

Em estudos realizados por Songorwa (1999), na Tanzânia, e por Mohamed (2002), na África do Sul, mostraram que, quando essa etapa foi ignorada, os benefícios de conservação foram atingidos parcialmente; enquanto os gestores das unidades de conservação insistiam em afirmar que havia comunicação eficiente, os membros das comunidades locais alegavam o contrário.

A falta de comunicação entre Parque e a comunidade local compromete a preservação e conservação dos recursos naturais, na unidade de conservação e seu entorno, a visão sobre a efetividade das unidades de conservação, quando não existe diálogo, é diferente entre os gestores e a comunidade local. No caso do PESP, essa questão poderá ser solucionada, por meio de reuniões, para divulgar informações sobre o PESP e conhecer as demandas dos moradores da Vargem Grande e demais comunidades do entorno, realizar encontros entre os moradores do entorno para trocar experiências e aprendizados e, também, por meio de visitas dos moradores do entorno ao PESP.

5.5 Participação da comunidade local

Para Bhatt, Subramanian e Bavikatte (2012), a participação da comunidade na conservação é vital para a gestão da unidade de conservação. Na Reserva de Tigres de Periyar, na Índia, a substituição de um modelo de gestão exclusiva por um inclusivo, participativo, envolvendo os moradores da zona de amortecimento nos processos de tomada de decisão, contribuiu para o fortalecimento das atividades e o desenvolvimento da unidade de conservação, demonstrando a importância da participação dos moradores locais.

A participação popular na gestão das unidades é extremamente importante, as comunidades do entorno possuem grande interesse sobre as unidades de conservação em que estão inseridas. Por meio da gestão participativa, é possível conhecer as expectativas, vocações e potencialidades das comunidades locais, informações cruciais para o fortalecimento das atividades e desenvolvimento das unidades de conservação, inclusive, do PESP.

De acordo Milani (2006), os assuntos relacionados ao tema meio ambiente possuem interesses difusos e coletivos, sendo a participação popular um dos instrumentos necessários para realização da gestão ambiental. No Brasil, os conselhos são as instâncias destinadas a garantir a participação da sociedade por meio da representação. Portanto é importante destacar que existe uma grande diferença entre gestão participativa e a gestão da qual se participa. Participar de reuniões para tomada de decisões é diferente de construir a decisão a ser tomada. Em uma ação participativa os atores sociais são estimulados a garantir e discutir seus direitos.

A temática ambiental possui interesses difusos, por ser tratar de um assunto que envolve toda sociedade e seus diversos setores, por isso, é indispensável a participação popular na gestão ambiental, para garantir que determinados setores da sociedade não sejam beneficiados em detrimento de outros. Em nosso país, os conselhos sejam eles deliberativos ou consultivos, são espaços destinados à representação popular, mas faz-se necessário salientar que existe uma grande diferença e consequências entre a gestão participativa e a gestão da qual se participa. A mera participação em reuniões não garante que a população seja contemplada com as pautas abordadas, diferentemente de quando as pautas debatidas são tomadas, em comum acordo, fazendo da gestão participativa uma ação participativa. No caso do PESP, considera-se que o CONPESP deve trabalhar para atingir os anseios da ação participativa.

A exclusão da comunidade local na gestão da vida selvagem, na Tanzânia, provocou desconfiança e indiferença na comunidade em relação aos esforços para conservação. No Quênia, pastores Maasai foram sub-representados nos espaços de tomada de decisão e planejamento das atividades no Parque Nacional Amboseli e, em seu entorno, o que prejudicou a relação entre o Parque e a comunidade local e comprometeu a gestão ambiental da unidade, afetando construções tradicionais localizadas na área. A Fundação Africana da Vida Selvagem (AWF) reconhece a participação social como instrumento de gestão necessário para estabelecer a responsabilidade conjunta, igualitária e a repartição dos benefícios (FUNDAÇÃO AFRICANA PARA VIDA SELVAGEM, 2004; INSTITUTO INTERNACIONAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 2002; SONGORWA, 1999).

A ausência da comunidade local, na gestão das unidades de conservação, dificulta o planejamento e a execução das ações voltadas à preservação e à conservação dos recursos naturais na área protegida e no seu entorno. É necessário ouvir as populações locais, firmar parcerias, estabelecer responsabilidade conjunta e a repartição equitativa dos benefícios. Realizar diagnóstico rural participativo, em comunidades localizadas no entorno do PESP, auxiliará na sua gestão ambiental. Os resultados do diagnóstico poderão ser utilizados para incluir o bairro Vargem Grande e demais comunidades do entorno no Plano Conservador da Mantiqueira, desenvolvido por meio da parceria estabelecida entre o IFSULDEMINAS, a Prefeitura de Extrema, a Fundação de Apoio à Pesquisa, a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), a organização The Nature Conservance (TNC), o World Resource Institute (WRI), a Fundação SOS Mata Atlântica e a Agência Nacional das Águas.

6 CONCLUSÃO

Concluiu-se que a falta de assistência por parte do Estado aos moradores do bairro Vargem Grande dificulta sua adesão às regras, para adequação do uso legal da zona de amortecimento das UC ali inseridas, não existindo, ainda, programas de capacitação para planejamento e adequação da atividade turística.

Os moradores sabem da existência do Parque, mas a falta de comunicação entre a sua gestão e a comunidade faz com que eles não o reconheçam e nem tenham informações sobre o PESP.

Os moradores manifestaram interesse pela atividade turística, inclusive, duas famílias estão investindo na hospedagem turística, porém demonstraram não conhecer o segmento do ecoturismo, não evidenciando as vocações da área, suas potencialidades e expectativas, sendo necessário realizar mobilizações e capacitações para difundir a prática do ecoturismo na comunidade.

REFERÊNCIAS

- AIBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. de.; NETO LINS, E. M. de F. Seleção dos participantes da pesquisa. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. de; CUNHA, L. V. F. C. da. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**: volume 1. Recife: Editora NUPPEA, 2010. p. 21-37.
- ALLENDORF, T. et al. Community attitudes towards three protected areas in upper Myanmar (Burma). **Environmental Conservation**, Cambridge, v. 33, n. 4, p. 344-352, Dec. 2006.
- ANDAM, K. S. et al. Protected areas reduced poverty in Costa Rica and Thailand. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, Washington, v. 107, n. 72, p. 96-101, Abr. 2010.
- ARAÚJO, M. N. F. et al. Ecoturismo e desenvolvimento comunitário: possibilidades de inclusão da “Juçara” Euterpe Oleracea Mart. nos roteiros ecoturísticos da Área de Proteção Ambiental do Maracanã, São Luís (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 216-228, maio/jun. 2016.
- ATA da I Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Papagaio. Caxambu: CONPESP, 2014a. 3 p.
- ATA da II Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Papagaio. Caxambu: CONPESP, 2014b. 1 p.
- BACKMAN, S.; PETRICK, J.; WRIGHT, B. A. Introdução ao ecoturismo. In: WEAVER, D. B. (Ed.). **A enciclopédia do ecoturismo**. Oxford: CABI, 2001. p. 451-460.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Lisboa, 2010. 281 p.
- BAWA, K. S. Desafios locais globalmente dispersos em biologia da conservação. **Conservação Biológica**, New York, v. 20, n. 3, p. 697-699, June 2006.
- BHATT, S.; BAVIKATTE, K. S.; SUBRAMANIAN, S. M. Community based experiences on access and benefit sharing: case studies. Hi-Tech Offset (P) Limited, Chennai, India. **Parks**, Washington, v. 18, n. 2, p. 32-43, Dec. 2012.

BODIN, Ö.; CRONA, B. I. Management of natural resources at the community level: exploring the role of social capital and leadership in a rural fishing community. **World Development**, Estocolmo, v. 36, n. 12, p. 2763-2779, Dec. 2008.

BOUDREAUX, K.; NELSON, F. Community conservation in Namibia: empowering the poor with property rights. **Economic Affairs**, Oxford, v. 31, n. 2, p. 17-24, June 2011.

BRANDT, J.; HOLMES, J. **Conditions for the management of carrying capacity in the parks of parks e benefits**. Roskilde, Roskilde University, 2011. 52 p.

BRASIL. Lei 9985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jul. 2000.

BRASIL. Lei Geral do Turismo nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Institui a Política Nacional do Turismo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 set. 2008. 7 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 60 p.

BRETT, L.; BRUYERE, A. W.; BEH, G. L. Differences in perceptions of communication, tourism benefits, and management issues in a protected area of rural Kenya. **Environmental Management**, Rockvile Pike, v. 43, n. 1, p. 49–59, Jan. 2009.

BRITO, D. M. C. Áreas legalmente protegidas no Brasil: instrumento de gestão ambiental. **Planeta Amazônia: revista internacional de direito ambiental e políticas públicas**, Amapá, v. 1, n. 2, p. 37-57, jan. 2012.

BROCKINGTON, D.; IGOE, J. Despejo para a conservação: uma perspectiva global. **Coservação e Sociedade**, Bangalore, v. 4, n. 3, p. 424470, Sept. 2006.

BROCKINGTON, D.; WILKIE, D. Áreas protegidas e pobreza. **Philosophical Transactions da Royal Society B: biological sciences**, Londres, v. 370, n. 1681, p. 20140271, Oct. 2015.

CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - CNUC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 20 set. 2015.

CAVALLINI, M. M. **Agricultura tradicional, composição paisagística e conservação de biodiversidade na Região Sul Mineira: subsídios ao desenvolvimento rural sustentável**. 2001. 205 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

CEBALLOS, G. et al. Desafios de conservação para a seção Austral e América Neotropical. **Conservação Biológica**, New York, v. 23, n. 4, p. 811-817, Aug. 2009.

CERNEA, M. M. Restrição de acesso e o deslocamento: um conceito mais amplo de política. **Popline**, Baltimore, v. 23, p. 48- 49, May 2005.

CHANDRA, A.; IDRISOVA, A. Convention on biological diversity: a review of national challenges and opportunities for implementation. **Biodiversity Conservation**, New York, v. 20, n. 14, p. 3295-3316, Dec. 2011.

CHAPE, S.; SPALDING, M.; JENKINS, M. D. **The world's protected areas: status, values and prospects in the 21st century**. Berkeley: University of California Press, 2008. 384 p.

CHIDAKEL, A. **Conservation attitudes and community based natural resource management in an understocked game management area of Zambia**. Flórida: Flórida Internacional University, 2011. 450 p.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY - CBD. **Strategic plan for biodiversity 2011-2020 and the aichi targets**. Nagoya: Editora Nações Unidas, 2011. 2 p.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY - CBD. **The convention on biological diversity**. Rio de Janeiro: Editora Nações Unidas, 1992. 30 p.

DAVIS, C. R.; HANSEN, A. J. Trajectories in land-use change around US National Parks and their challenges and opportunities for management. **Ecological Applications**, Washington, v. 21, n. 8, p. 3299-3316, Dec. 2011.

DECLARAÇÃO de Thessaloniki. **Ministério do Meio Ambiente**, Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/legislacao/item/8070-declara%C3%A7%C3%A3o-de-thessaloniki>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

DUDLEY, N.; STOLTON, S. **Protected Landscapes and wild biodiversity, in the values of protected landscapes and seascapes**: volume 3. Gland: IUCN, 2012. 104 p.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2007. 104 p.

EAGLES, P. F. J.; MCCOOL, S. F.; HAYNES, C. D. A. **Sustainable tourism in protected areas**: guidelines for planning and management. Gland: IUCN, 2002. 183 p.

EMERTON, L.; BISHOP, J.; THOMAS, L. **Sustainable financing of protected areas**: a global review of challenges and options. best practice protected area guidelines. Gland: IUCN, 2006. 97 p.

FENNEL, D. A. **Ecoturismo uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002. 281 p.

FERNANDES, R. S. et al. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. **Ambiente e Sociedade**, Indaiatuba, v. 2, n. 1, p. 1-15, maio 2004.

FONTOURA, L. M.; MEDEIROS, R. J. de; ADAMS, L. W. Turismo, pressões e ameaças para a conservação da biodiversidade em parques nacionais do Brasil e Estados Unidos. **Revista de Cultura e Turismo**, Salobrinho, v. 10, n. 1, p. 35-53, fev. 2016.

FORGUS, R. H. **Percepção**: o processo básico do desenvolvimento cognitivo. São Paulo: Herder, 1971. 526 p.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 272 p.

FRANCO, J. L. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação de regiões selvagens à conservação da biodiversidade. **SciELO**, Franca, v. 32, n. 2, p. 21-48, jul./dez. 2013.

FREITAS, N. R. et al. As discussões sobre sustentabilidade na atividade turística: uma análise para o Brasil na última década. **El Periplo Sustentable**, Toluca, v. 27, n. 24, p. 54-91, July/Dec. 2014.

FUNDAÇÃO AFRICANA PARA VIDA SELVAGEM. **Plano de Gestão da Reserva Nacional de Samburu**. Nairobi: African World Foundation, 2004. 75 p.

GASTON, K. J. et al. The ecological performance of protected areas. **Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics**, Palo Alto, v. 39, n. 1, p. 93–113, Dec. 2008.

GASTON, K. J.; FULLER, R. A. Commonness, population depletion and conservation biology. **Trends in Ecology e Evolution**, Cambridge, v. 23, n. 1, p. 14-19, Jan. 2008.

GONÇALVES, M. N.; HOEFFEL, J. L. M. Percepção ambiental sobre unidades de conservação: os conflitos. **Revista VITAS**, Niterói, v. 3, n. 3, p. 1-15, jun. 2012.

HOEFFEL, J. L.; SORRENTINO, M.; MACHADO, M. K. Concepções sobre a natureza e sustentabilidade um estudo sobre percepção ambiental na bacia hidrográfica do Rio Atibainha – Nazaré Paulista/SP. In: ENCONTRO DA ANAPAS, 2., 2004, São Paulo. **Anais Eletrônicos....** São Paulo: Anapas, 2004. p. 1-20.

HUNTA, C. A. et al. Can ecotourism deliver real economic, social, and environmental benefits? A study of the Osa Península, Costa Rica. **Journal of Sustainable Tourism**, Abingdon, v. 23, n. 3, p. 339-357, Mar. 2015.

HUSSAIN, S. A. et al. An analysis of livelihood linkages of tourism in kaziranga national park, a natural world heritage site in Índia. **Parks**, Washington, v. 18, n. 1, p. 33-42, Nov. 2012.

HVENEGAARD, G. T.; HALPENNY, E. A.; MCCOOL, S. F. Protected area tourism and the aichi targets. **Parks**, Washington, v. 18, n. 2, p. 6-11, Nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Estado do Pará**: produto 2 - aspectos gerais. Curitiba: MMA, 2001. 708 p.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS - IEF. **Plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Papagaio**: encarte 1 diagnóstico do parque. Belo Horizonte: IEF, 2009. 118 p.

INSTITUTO INTERNACIONAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - IIED. **Parques além do ecoturismo vida selvagem baseada na comunidade ou apenas uma outra perda de terra para os pastores Maasai, no Quênia.** Londres: IIED, 2002. 32 p.

INTERNACIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE - IUCN. **Priority area 1: protected areas.... conserving nature.** Washington: Editora IUCN, 2012.

KARANTH, K. K.; NEPAL, S. K. Local residents perception of benefits and losses from protected areas in India and Nepal. **Environmental Management**, Rockvile Pike, v. 49, n. 2, p. 372- 386, Feb. 2012.

KHAN, M. S.; BHAGWAT, S. A. Protected areas: a resource or constraint for local people. **BioOne**, Washington, v. 30, n. 1, p. 14- 24, Dec. 2010.

LAPEYRE, R. The Grootberg lodge partnership in Namibia: towards poverty alleviation and empowerment for long-term sustainability? **Current Issues in Tourism**, Washington, v. 14, n. 3, p. 221-234, Mar. 2011.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

LEVERINGTON, F. et al. A global analysis of protected area management effectiveness. **Environmental Management**, Rockvile Pike, v. 46, n. 1, p. 685–698, Sept. 2010.

MACEDO, R. L. G. **Percepção e conscientização ambiental.** Lavras: Editora da UFLA, 2000. 132 p.

MACKENZIE, C. A. Accruing benefit or loss from a protected area: location matters. **Ecological Economics**, Amsterdam, n. 1, v. 76, p. 119-129, Apr. 2012.

MARSHALL, A.; SIMPSON, L. Sustainable rural communities: the case of two UK National Park areas. **CSR Working Paper**, Manchester, v. 13, n. 1, p. 1-15, Mar. 2008.

MCCOOL, S. F. et al. Building the capability to manage tourism as support for the AICHI TARGET. **Parks**, Washington, v. 18, n. 2, p. 92-107, Nov. 2012.

MEDEIROS, M. F. T. Procedimentos para a análise documental na constituição da informação etnobiológica. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. de; CUNHA, L. V. F. C. da. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**: volume 1. Recife: Editora NUPPEA, 2010. p. 421-435.

MELLAZO, G. C. A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, v. 6, n. 6, p. 45-51, maio 2005.

MILANI, C. R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 16, p. 180-214, jul./dez. 2006.

MOHAMED, N. **Co-gestão como co-governança perspectivas para a gestão dos recursos naturais com base na comunidade na África Austral**. Cidade do Cabo: PLAAS, 2002. 39 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ação civil pública socioambiental**. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2004. 22 p.

MOLINA-MURILLO, S. A.; CLIFTON, J. T. S. Perceptions of institutions and development in rural Costa Rica. **The Journal of Rural and Community Development**, Brandon, v. 9, n. 4, p. 80-101, Aug. 2014.

MUHAMAD, D. et al. Living close to forests enhances people's perception of ecosystem services in a forest agricultural landscape of west Java, Indonesia. **Ecosystem Services**, Amsterdam, v. 8, n. 1, p. 197-206, June 2014.

MUÑOZ-SANTOS, M.; BENAYAS, J. A proposed methodology to assess the quality of public use management in protected areas. **Environmental Management**, Rockvile Pike, v. 50, n. 1, p. 106-122, July 2012.

NEPAL, S.; SPITERI, A. Linking livelihoods and conservation: An examination of local residents' perceived linkages between conservation and livelihood benefits around Nepal's Chitwan National Park. **Environmental Management**, Rockvile Pike, v. 47, n. 5, p. 727-738, May 2011.

NYIRENDA, V. R.; NKHATA, B. A. Collaborative governance and benefit sharing in Liuwa Plain National Park, western Zambia. **Parks**, Washington, v. 19, n. 1, p. 103-114, Abr. 2013.

- OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **ANAP Brasil**, Tupã, v. 1, n. 1, p. 53-72, jul. 2008.
- OLIVEIRA, N. A. A educação ambiental e a percepção fenomenológica, através de mapas mentais. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Carreiros, v. 16, n. 1, p. 32-46, jan./jun. 2006.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Manual para a redução da pobreza por meio do turismo**. Geneva: OIT, 2011. 131 p.
- OTUOKON, S.; CHAI, S. L.; BEALE, M. Using tourism to conserve the mist forests and mysterious cultural heritage of the Blue and John Crow Mountains National Park, Jamaica. **Parks**, Washington, v. 18, n. 2, p. 145-155, Nov. 2012.
- OZMON, H. A.; CRAVER, S. M. **Fundamentos filosóficos da educação**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 398 p.
- PACHECO, E.; SILVA, H. P. Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental. In: SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 1., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2006.
- PACHECO, E.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006. 5 p.
- PEREIRA, L. C. et al. Gesneriaceae no Parque Estadual da Serra do Papagaio, Minas Gerais, Brasil. **Boletim de Botânica**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 1-12, maio 2013.
- PIEKIELEK, N. B.; HANSEN, J. A. Extent of fragmentation of coarse-scale habitats in and around U.S National Parks. **Biological Conservation**, Amsterdam, v. 155, n. 1, p. 13-22, Oct. 2012.
- PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: Editora Rodrigues, 2001. 327 p.
- RIBEIRO, A. S. et al. Utilização dos recursos naturais por comunidades humanas do Parque Ecoturístico do Guamá, Belém, Pará. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 37, n. 2, p. 235-240, jun. 2007.

RODRIGUES, M. L. et al. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 96-110, dez. 2012.

RODRIGUEZ, J. P. et al. Conservação na América Austral e Neotropical construção de capacidade científica à altura dos desafios. **Conservação Biológica**, New York, v. 19, n. 3, p. 969-972, July 2005.

ROMAÑACH, S. S.; LINDSEY, P.; WOODROFFE, R. Determinants of attitudes towards predators in central Kenya and suggestions for increasing tolerance in livestock dominated landscapes. **Oryx**, Cambridge, v. 41, n. 2, p. 185-195, Apr. 2007.

SALIZZONI, E. Tourism and biodiversity along the euro-mediterranean coast: prospects for overcoming a deeply rooted conflict. **Parks**, Washington, v. 18, n. 2, p. 44-52, Nov. 2012.

SHIBIA, M. G. Determinants of attitudes and perceptions on resource use and management of Marsabit National Reserve, Kenya. **Journal of Human Ecology**, Nova Deli, v. 30, n. 1, p. 55-62, Jan. 2010.

SIFUNA, N. Wildlife damage and its impact on public attitudes toward conservation: a comparative study of Kenya and Botswana, with particular reference to Kenya's Laikipia Region and Botswana's Okavango Delta region. **Journal of Asian and African Studies**, Thousand Oaks, v. 45, n. 3, p. 274-296, June 2010.

SIMELANE, T. S.; KERLEY, G. I. H.; KNIGHT, M. H. Reflections on the relationships between communities and conservation areas of South Africa: the case of five South African national parks. **Koedoe**, Durbanville, v. 49, n. 2, p. 85-102, Dec. 2006.

SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN - SINAC.

Disponível em

<<http://www.sinac.go.cr/conozcanos/Paginas/MisionVision.aspx>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

SNYMAN, S. The impact of land management systems on community attitudes towards tourism and conservation in six southern African countries. **Parks**, Washington, v. 18, n. 2, p. 21-32, Nov. 2012.

SONGORWA, A. N. Gestão da vida selvagem baseada na comunidade na Tanzânia são as comunidades interessadas. **Elsevier Science**, Amsterdam, v. 27, n. 12, p. 2061-2079, Oct. 1999.

SPITERI, A.; NEPAL, S. K. Evaluating local benefits from conservation in Nepal's Annapurna Conservation Area. **Environmental Management**, Rockville Pike, v. 42, n. 3, p. 391-401, Sept. 2008.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY - TIES. **Definitions and principles:** ecotourism. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <www.ecotourism.org/news/ties-announces-ecotourism-principles-revision> Acesso em: 14 out. 2016.

TIMKO, J.; SATTERFIELD, T. Criteria and indicators for evaluating social equity and ecological integrity in national parks and protected areas. **BioOne**, Washington, v. 28, n. 3, p. 307-319, July 2008.

TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 342 p.

WAITHAKA, J. et al. Conserving biodiversity through parks canada's volunteer programme. **Parks**, Washington, v. 18, n. 2, p. 64-76, Nov. 2012.

WANG, Y.; PFISTER, R. E. Resident's attitudes toward tourism and perceived personal benefits in a rural community. **Journal of Travel Research**, Thousand Oaks, v. 47, n. 1, p. 84-93, Jan. 2008.

WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and peoples: the social impact of protected areas. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 35, n. 1, p. 251-277, Sept. 2006.

WOODLEY, S. et al. Meeting Aichi target 11: what does success look like for protected area systems? **Parks**, Washington, v. 18, n. 2, p. 23-36, Nov. 2012.



WORAH, S. The challenge of community-based protected area management. **Parks**, Washington, v. 12, n. 2, p. 80-90, Nov. 2002.

ZIMMERER, K. S. **Globalization e new geographies of conservation.** Chicago: University of Chicago Press, 2006. 357 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro orientador das entrevistas

Figura 1 – Roteiro orientador.

Entrevistadores: _____ Data: / /

Localidade: _____

Coordenadas: _____

Nome: _____ Sexo: _____

Escolaridade: Fundamental () Médio () Superior () Pós
Graduação ()

- 1- Desde quando você mora no bairro Vargem Grande?
- 2- Como é morar no bairro?
- 3- Qual a sua ocupação e há quanto tempo está na atividade?
- 4- Qual a principal fonte de renda da sua família?
- 5- Você sabe me dizer locais onde pessoas vem visitar? E como estão estes locais?
- 6- Você sabe me dizer por onde podemos entrar no Parque da Serra do Papagaio?
- 7- Você sabe sobre alguma regra para uso do parque?
- 8- Para você, o Parque tem alguma importância?
- 9- Você sabe de alguma atividade que o parque realizou para a comunidade? Já participou de alguma destas atividades?
- 10- Existe responsável pelo Parque? Sabe o nome de algum responsável?
Sabe o que é o Conselho? E de algum conselheiro?
- 11- Você acha que o Parque é positivo ou negativo para o bairro? E para região?
- 12- Você conhece algum outro Parque?
- 13- Tem interesse em participar de reunião, oficina ou palestra sobre o Parque. Qual o melhor dia da semana e o horário?

Fonte: Do autor (2016).

APÊNDICE B – Fotos durante a pesquisa

Foto 1 – Entrevista com morador local, no bairro Vargem Grande no município de Itamonte, Minas Gerais.



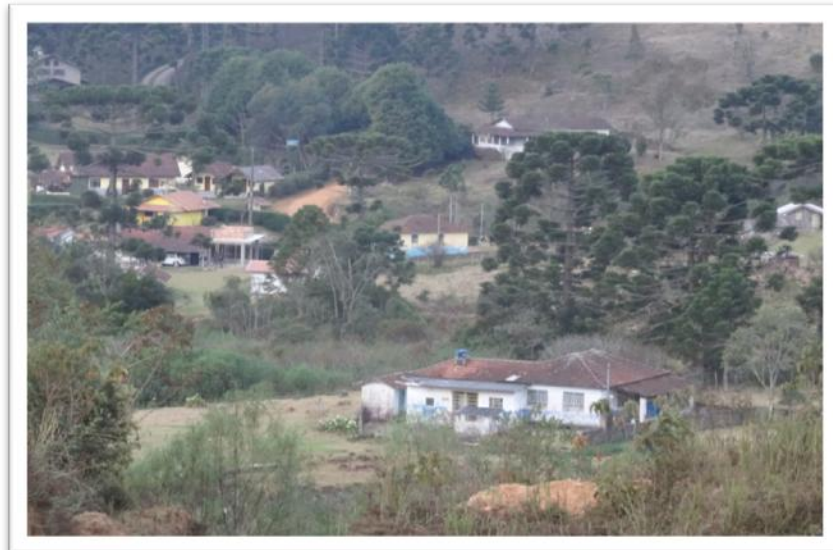
Fonte: Do autor (2016).

Foto 2 – Pico do Papagaio visto do bairro Vargem Grande, no município de Itamonte, Minas Gerais.



Fonte: Do autor (2016).

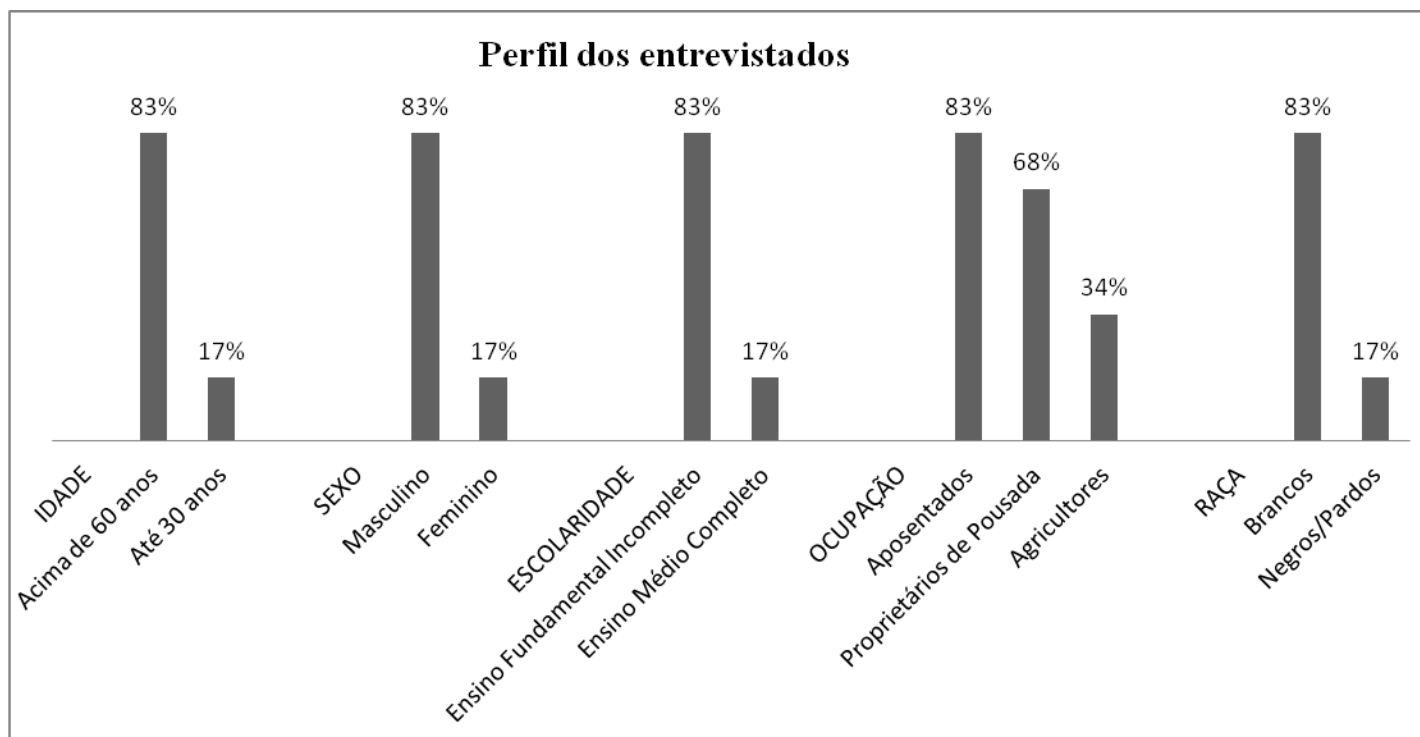
Foto 3 – Vista do bairro Vargem Grande, no município de Itamonte, Minas Gerais.



Fonte: Do autor (2016).

APÊNDICE C – Perfil dos moradores entrevistados

Gráfico 1 – Perfil dos moradores entrevistados no Bairro Vargem Grande.



Fonte: Do autor (2016).